UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JOÃO AUGUSTO MACHADO VILLACORTA

A PRODUÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

ORIENTADORA: PROFª. DRª. MARIA APARECIDA LOPES NOGUEIRA

RECIFE – PE

2011

JOÃO AUGUSTO MACHADO VILLACORTA

A PRODUÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Dissertação apresentada a Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Aparecida Lopes Nogueira

RECIFE – PE

2011

JOÃO AUGUSTO MACHADO VILLACORTA

"A PRODUÇÃO DA CRIANÇA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL."

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Aprovado em: 15/02/2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof ª Drª Maria Aparecida Lopes Nogueira (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof º Drº Antônio Carlos Motta de Lima (Examinador Titular Interno)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFPE

Prof ªDr ª Fatima Teresa Braga Branquinho (Examinador Titular Externo)
Departamento de Ciências Sociais e Educação – UERJ

Às crianças que escuto no CERCA e ao meu filho João Victor.

AGRADECIMENTOS

> Ao "esquecer" o trabalho coletivo no qual se inscreve, ao isolar de sua gênese histórica o objeto de seu discurso, um "autor" pratica portanto a denegação de sua situação real. Ele cria a ficção de um lugar próprio. Malgrado as ideologias contrárias de que pode ser acompanhado, o ato de isolar a relação sujeito-objeto ou a relação discurso-objeto é a abstração que gera uma simulação de "autor". Esse ato apaga os traços da pertença de uma pesquisa a uma rede – traços que sempre comprometem, com efeito, os direitos autorais. Camufla as condições de produção do discurso e de seu objeto. Esta genealogia negada deixa lugar ao teatro combinado um simulacro de objeto com um simulacro de autor. Um discurso manterá, portanto uma marca de cientificidade explicitando as condições e as regras de sua produção e, em primeiro lugar, as relações de onde nasce. (DE CERTEAU, 1994. p. 110)

Minha gratidão eterna à coletividade que tornou esta pesquisa possível:

À Cida, por sua orientação primorosa, aulas instigantes e calor de sua amizade.

Ao professores Antônio Motta e Fátima Branquinho, por acolherem o convite para a banca e pelas ricas observações durante o processo de desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos do PPGA/UFPE, por dividirem as alegrias e angústias deste percurso. Em especial: Luciano, Eduardo, Sandrinha, Socorro, Graça, Thácio, Paulinha e Ana Flávia.

Aos amigos que me incentivaram e me ajudaram nesta jornada. Em especial: Júlio, Pedro Gabriel, Pedro Xavier e Débora.

As colegas do CERCA, pela confiança em meu trabalho e colaboração na pesquisa.

Aos meus pais, pelo amor e apoio incondicional.

A minha família, sem qual suporte a realização deste estudo seria inviável. Em especial: Vovó Rute, tia Zânia e Lélia.

À Mariana, esposa, amiga, amante, pelo amor, ternura, severidade, sorriso e olhar que me estimulam a ser sempre melhor.

"Assim como um planeta gira em torno de seu corpo central enquanto roda em torno de seu próprio eixo, assim também o indivíduo humano participa do curso do desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo em que persegue seu próprio caminho na vida".

FREUD (1930)

"Portanto, é realmente verdade que, num certo sentido, todo fenômeno psicológico é um fenômeno sociológico, que o mental identifica-se com o social. Mas, num outro sentido, tudo se inverte: a prova do social, esta, só pode ser mental; dito de outro modo, jamais podemos estar certos de ter atingido o sentido e a função de uma instituição, se não somos capazes de reviver sua incidência numa consciência individual".

LÉVI-STRAUSS (1950)

RESUMO

Este estudo analisa as distintas versões para o fato "crianças vítimas de violência sexual" que emergem da complexa interação entre os adultos, mais especificamente, profissionais cujas práticas estão atreladas ao Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CERCA, serviço da Prefeitura da Cidade do Recife destinado ao atendimento de famílias em situações apontadas socialmente como violência. Mostra que em tais versões também estão implicadas as relações com as crianças, por meio de um funcionamento em rede e orquestração entre diferentes materiais, discursivos, coletivos e híbridos. Ao utilizar como eixo metodológico a Teoria Ator-Rede proposta pelo antropólogo francês Bruno Latour, descrevo as práticas e relações entre os profissionais que circulam na instituição, o que permite observar a tessitura das redes que possibilitam as construções do fato citado e contribuem na sua produção. Assim, foi possível me aproximar de um permanente movimento entre o que há de estabilização do que se constrói sobre o fato e o quanto este é minado pelas lacunas presentes na relação do conhecimento com a realidade. Desmoronamento possível também pela atuação das crianças e adolescentes presentes neste contexto, apresentando-se escorregadias as tentativas de objetificação, abrindo as frestas das possíveis cristalizações teóricas e práticas pelo simples fato de se relacionarem com os adultos. Encontra-se, assim, uma interanimação entre o que é da criança e o que é do adulto, tornando estes mundos comunicáveis, fragilizando a dicotomia moderna e permitindo observar como profissionais, crianças e adolescentes, compõem um contexto repleto de nós, emaranhados, sujeitos simultaneamente objetos, produzindo-se por meio de relações plurais, cotidianas, que só passaram a oferecer detalhes, diferenças e controvérsias a partir do exercício antropológico de estranhamento que funcionou como bússola para o percurso desta pesquisa.

Palavras-chave: "Criança", "Violência", "Práticas", "Redes", "Conhecimento".

RÉSUMÉ

Cette étude examine les différentes versions du fait “les enfants victimes de violences sexuelles” qui émergent de l'interaction complexe entre les adultes, plus particulièrement, les professionnels dont les pratiques sont liées au Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CERCA, le service de l’Administration Municipale de Recife visant à accueillir les familles en situation, socialement remarqué, de violence. Montre que dans de telles versions sont également impliqués des relations avec les enfants, dans un fonctionnement en réseau et d'orchestration entre les différents matériaux, discursifs, collectifs et hybrides. En utilisant comme un axe méthodologique la Théorie Acteur-Réseau proposée par l’anthropologue français Bruno Latour, on décrit les pratiques et relations entre les professionnels que circulent dans l'institution, ce qui donne à observer le tissage des réseaux qui permettent les constructions du fait mentionné et contribuent dans sa production. Ainsi, il a été possible s'approcher d’un mouvement constant entre ce qu’ il y a de stabilisation dans la construction du fait et comment cela est sapée par les lacunes présentes dans la relation des connaissances avec la réalité. Écroulement aussi possible par l’action des enfants et des adolescents dans ce contexte, en se présentant glissantes à tentatives de les faires d'object, en ouvrant des fissures des possibles cristallisations théoriques et pratiques, tout simplement parce qu'ils se rapportent à des adultes. On rancontre donc un interanimation entre ce qui est de l'enfant et ce qui est de l'adulte, ce qui rend ces mondes communicables, en débilitant la dichotomie moderne et en permetant d'observer comment les professionnels, les enfants et les adolescents, constituent un contexte plein de noeuds, embrouillés, sujets simultanément objets, en se produisant par les moyens de relations plurielles, quotidiennes, qui n'a commencé à offrir des détails, des différences et des controverses, a partir de l'exercice anthropologique de “voir comme à la première fois”, qui a travaillé comme une boussole pour le voyage de cette recherche.

Mots-clés: "Enfant", "Violence", "Pratiques", "Réseaux", "Connaissance".

SUMÁRIO

1. CAPÍTULO I
   - 1.1. MANCHETES.....11
   - 1.2. O CAMPO TEM POR HÁBITO SE APRESENTAR.....14
   - 1.3. ENTRADA EM CAMPO.....30
   - 1.4. CHEGADA.....32
   - 1.5. A CRIANÇA SUJEITO (DE DIREITO E DO INCONSCIENTE).....34
2. CAPÍTULO II
   - 2.1. UMA REDE COM NÓS FRÁGEIS.....43
   - 2.2. OS LIMITES DA LEI.....50
   - 2.3. OS LIMITES DO ORGANISMO.....53
   - 2.4. AS DUAS FACES DE JANO.....57
3. CAPÍTULO III
   - 3.1. UMA ANTROPOLOGIA CRIANÇA.....63
   - 3.2. UMA CRIANÇA NA ANTROPOLOGIA.....64
   - 3.3. UMA CRIANÇA.....70
4. CAPÍTULO IV
   - 4.1. ORDINÁRIOS.....76
   - 4.2. ESTRANHOS.....78
   - 4.3. EXERCÍCIO.....81
5. REFERÊNCIAS.....83
6. ANEXOS.....89

CAPÍTULO I

No recreio havia um menino que não brincava
com outros meninos
O padre teve um brilho de descobrimento nos olhos
— POETA!
O padre foi até ele:
— Pequeno, por que não brinca com os seus colegas?
— É que estou com uma baita dor de barriga
desse feijão bichado.

Manoel de Barros
em *"Poemas Concebidos Sem Pecado"*

1.1. MANCHETES

- 23 de janeiro de 2011, TV Jornal: Carregador tenta estuprar menina de nove anos[1];
- 14 de fevereiro de 2011, Jornal do Comércio: Garoto é estuprado por amigo da família[2];
- 21 de fevereiro de 2011, Diário de Pernambuco: Sargento preso por abusar sexualmente de duas crianças[3];
- 01 de março de 2011, Jornal do Comércio: Abuso infantil será alvo de estudos no Recife[4];
- 18 de abril de 2011, Jornal do Comércio: Campanha busca reunir 50 mil tweets contra exploração sexual de crianças e adolescentes[5];
- 04 de maio de 2011, Folha de Pernambuco: Duas meninas de 10 anos são estupradas nos bairros da Guabiraba e dos Torrões[6];
- ...

A violência sexual contra crianças vem ocupando crescentemente o interesse da sociedade brasileira. Transparece em índices alarmantes, motivando uma série de reportagens, estudos e ações políticas. Um caso, por exemplo, como o da menina G., de nove anos de

[1]Fonte:http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/01/23/carregador-tenta-estuprar-menina-de-nove-anos-253938.php. Último acesso em 21/05/2011.

[2]Fonte: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/02/14/garoto-e-estuprado-por-amigo-da-familia-257022.php. Último acesso em 21/05/2011.

[3]Fonte:http://www.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20110221080418. Último acesso em 21/05/2011.

[4]Fonte: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/03/01/abuso-infantil-sera-alvo-de-estudos-no-recife-259259.php. Último acesso em 21/05/2011.

[5]Fonte: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nacional/noticia/2011/04/18/campanha-busca-reunir-50-mil-tweets-contra-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-267143.php. Último acesso em 21/05/2011.

[6]Fonte: http://www.folhape.com.br/index.php/noticias-geral/33-destaque-noticias/635398-duas-meninas-de-10-anos-estupradas-na-guabiraba-e-nos-torroes. Último acesso em 21/05/2011.

idade, que acabou grávida de gêmeos depois de estuprada pelo padrasto, sendo submetida a um aborto em uma maternidade do Recife[7], aponta para como os múltiplos enfoques e estudos sobre estes acontecimentos evidenciam que para além do episódio de violência sexual sofrido pela criança (agressão, abuso, exploração,...), sua experiência acaba por ser construída através do hibridismo da realidade social em que está inserida, suas redes, mediações, mobilidades e relações. Deparamo-nos com posicionamentos de órgãos de defesa de direitos humanos, de políticos, médicos, psicólogos, sociólogos e outros profissionais, reações da igreja, enfim, uma pluralidade de atores envolvidos na mesma história, inclusive, documentos, laudos, pareceres e exames. Assim, um vasto repertório simbólico é atrelado à produção do fato "criança vítima de violência sexual": seus traumas, comportamentos, afetos e até futuro.

Esta complexidade de implicações deve ser considerada por estudos que almejem se aproximar desta realidade, sem negligenciar detalhes e contradições que possam emergir junto à mesma em seu contexto. Observando, inclusive, o papel exercido pelas crianças na construção de suas experiências, como atores igualmente atuantes nas redes em que estão inseridas e das quais se apropriam do que é construído como fatos e objetos (COHN, 2005).

Considerando tais aspectos, esta pesquisa se trata da etnografia (entendo-a como método apropriado para aproximação do campo, da conjuntura da produção de fatos, objetos e sujeitos) de uma instituição especializada no atendimento a "crianças vítimas de violência sexual" na cidade do Recife (Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA), descrevendo-a a partir da familiaridade (já que o pesquisador também se configura como um ator nas redes que analisa), e ao mesmo tempo, independência e distância da mesma (exercício metodológico permanente) [8].

Uma etnografia que não estuda a produção de conhecimento por ele mesmo, mas o observa enquanto envolvido com coletivos e sujeitos (LATOUR, 1994). Mais do que uma epistemologia, refiro-me nesta pesquisa a matéria de nossas próprias sociedades. E a escolha desta instituição leva em conta estes aspectos, pois sua representatividade local, por exemplo, a torna lócus privilegiado para o estudo dos atores e redes, suas relações e controvérsias, contribuindo para a produção de um fenômeno real como a natureza, narrado como o discurso e coletivo como a sociedade, sobre o qual esta pesquisa se debruça: "crianças vítimas de

[7] Episódio apresentado em matéria da Revista VEJA de 25 de março de 2009, edição 2105, por exemplo.

[8] Questões a serem discutidas ao longo deste trabalho.

violência sexual". Além disso, minha experiência enquanto psicólogo da instituição diz da origem da questão que se configurou como motriz desta pesquisa. Pois a complexidade intrínseca a esta prática estimulou uma série de questões, que, dentre elas, uma acabou por se sobressair: Qual é o repertório simbólico, quais as realidades produzidas socialmente e marcadas culturalmente, implicadas no fato "criança vítima de violência sexual", no contexto da cidade do Recife, e que dispõem estas crianças para a apropriação e significação de suas experiências?

É então deste ponto, e identificado com uma metodologia que me permitisse deixar o campo falar, evitando o máximo possível de *a prioris*, que busquei:

- Descrever a dinâmica da instituição proposta (CERCA-Recife) analisando as possibilidades e contingências da emergência do fato "criança vítima de violência sexual" em seu contexto.

- Identificar os atores da instituição que operam na produção do fato "criança vítima de violência sexual".

- Identificar os atores que atuam na rede em que a instituição estudada faz parte em seu trabalho com as "crianças vítimas de violência sexual", observando suas contribuições na produção do fato citado.

Estes meios para analisar as produções relacionadas ao fato "crianças vítimas de violência sexual" recebem uma dupla influência do antropólogo francês Bruno Latour. Primeiramente no que se refere à necessidade de superação de paradigmas que reduzam o fenômeno a uma relação lógica ou interna entre apenas dois termos – verdadeiro e falso, natureza e cultura, adulto e criança – posto que esta separação pela qual a modernidade lutou já não parece mais adequada para a tarefa de perceber a vida social contemporânea, como afirma o sociólogo inglês Allan Prout (2009). Depois, por sua proposta metodológica da Teoria Ator-Rede, que consiste basicamente em mobilizar a realidade, seguindo os atores na rede, ressaltando o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças (LATOUR, 2004). O

seguimento dos atores em suas redes pode se dar por uma série de procedimentos que variam desde os experimentos de laboratório, às expedições de campo para coleta de material, às entrevistas, à pesquisa etnográfica (como no caso desta pesquisa), para falar dos já consagrados métodos utilizados. Segundo o autor, estudar/descrever os fatos é a mesma coisa que entender a tessitura das redes que lhes dão sustentação em suas associações mais fracas ou mais fortes (MELO, 1997).

Ao estudar/descrever uma instituição de atendimento a "crianças vítimas de violência sexual", pude estudar e descrever a tessitura das redes que lhe permitem as construções do fato citado, e contribui na produção.

A observação participante, tal como a própria experiência de Latour no Instituto Salk, mostrou-se uma ferramenta fundamental para este estudo, visto que, enquanto parte do contexto de observação, foi possível me aproximar da variedade de situações ou acontecimentos de maneira mais direta, e associei a este recurso técnico as entrevistas. Não estabelecendo uma quantidade pré-determinada de interlocutores para entrevistar, nem intencionando enquadrá-los em faixas etárias. Dentro do princípio de simetria proposto por Latour, a única condição para ser interlocutor seria o envolvimento com o fato "criança vítima de violência sexual", ressalvando apenas as crianças atendidas na instituição, considerando os limites éticos da pesquisa e a delicadeza de sua situação.

A observação participante combinada com entrevistas abertas pôde me conferir uma maior aproximação com as nuances da instituição e dos fatos nela também produzidos. Considerando que estes métodos estão subjacentes a Teoria Ator-Rede, mais do que propor um modo para enquadrar o campo, preocupei-me em não opor nem impor modelos, mas simplesmente deixar os atores se exprimirem.

1.2. O CAMPO TEM POR HÁBITO SE APRESENTAR

"Bom dia, meu nome é João Villacorta, psicólogo do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA. Esta aqui é Walquiria Freire, nossa assistente social. Tivemos a

preocupação de marcar com vocês um tempo mais prolongado do que o solicitado pela preceptora, por entendermos que estas oportunidades de debate e interlocução são muito importantes para nos ajudar a refletir sobre tantas questões que estão implicadas em nosso trabalho. Além de compartilhar de experiências em que poucos profissionais estão interessados, ou preparados para lidar."

Assim o jovem servidor que se apresenta recebe um grupo que faz parte da Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Pernambuco. Estão ali um educador físico, uma fonoaudióloga, uma assistente social, uma enfermeira, uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional e uma fisioterapeuta, que em função de suas atividades dentro da Policlínica Lessa de Andrade[9], instituição da rede municipal da Secretaria de Saúde da Prefeitura da Cidade do Recife, demandaram conhecer mais um Serviço de Referência, além da Pneumologia, Dermatologia, Infectologia – DST-HIV/AIDS.

Numa atípica manhã chuvosa de abril, sentam-se numa pequena sala de reunião, no piso superior da referida Policlínica, em volta de uma mesa retangular de granito, de modo a observarem as imagens projetadas por um velho retroprojetor na ponta do móvel, para ver, ouvir, refletir e discutir Violência Contra Crianças e Adolescentes:

"Como podem ver nesta imagem (apontando para o Slide 01 – ver figura 1) o CERCA é um serviço da Secretaria de Assistência Social, e não da Saúde, mas que funciona a partir de uma parceria importante com esta última, bem como com o CENDHEC, conhecem?! Parcerias diretas que serão logo esclarecidas. Mas voltemos um pouco no tempo... A partir de 2001, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS, através da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, passou a executar o Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes através do *Programa Sentinela*, baseando-se no desenvolvimento de ações especializadas, visando o atendimento dos casos identificados de abuso e/ou exploração sexual através dos serviços: *Família Acolhedora e Centro de Referência*. O que se deveu a maior visibilidade nos últimos anos, por intermédio de denúncias públicas e de campanhas, deste fenômeno que ainda é difícil de ser quantificado, pois se manifesta de forma variada, não se restringindo a uma determinada região, estado ou cidade do País. O Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA é oriundo

[9] Um mapa de localização e fotos da Policlínica estão no anexo 1.

deste *Programa Sentinela*, sendo implantado na Cidade do Recife em novembro daquele ano. Esta Instituição deu início aos atendimentos psicossociais a partir de março de 2002, tendo estabelecido o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, obedecendo aos eixos de atuação previstos neste documento e em sua matriz nacional (entregando para circular entre os residentes um exemplar do último plano municipal e voltando o olhar para o Slide 01):

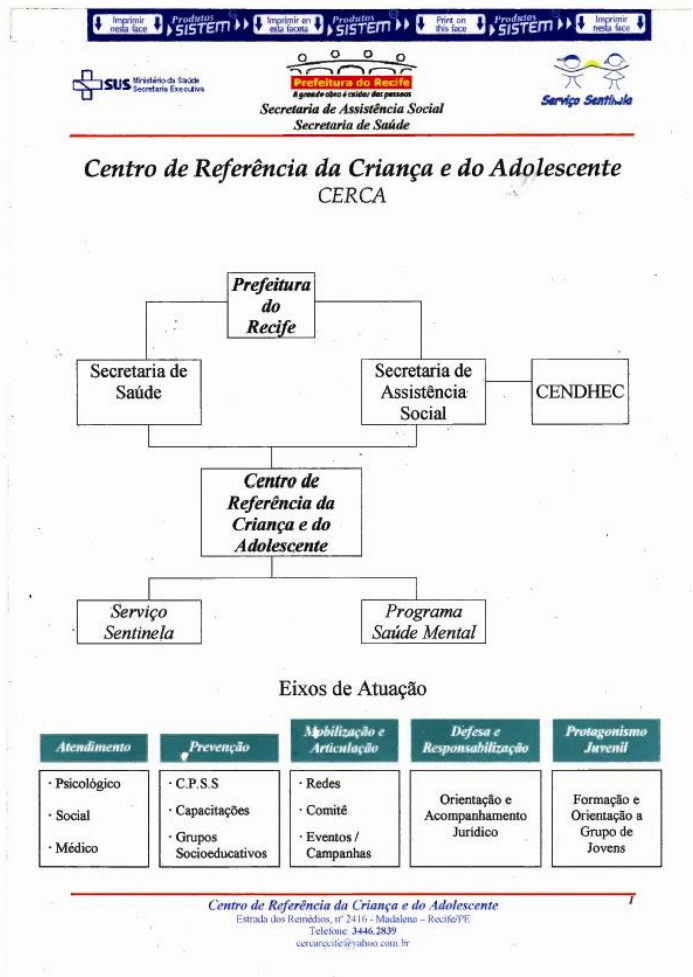


Figura 1 - Slide 01 da CPSS

- O ATENDIMENTO, diz do acompanhamento psicológico, social e médico às crianças, adolescentes e suas famílias. A parceria com a Saúde é estratégica exatamente neste ponto, pois somos da Assistência Social, mas conseguimos garantir o atendimento pelos médicos dos serviços ambulatoriais desta Policlínica às crianças e adolescentes atendidas no CERCA. Independentemente, inclusive, da Região Político-

administrativa – RPA[10] onde aquela pessoa resida. Pois como Centro de Referência, recebemos casos de todo o Recife, e ao invés de ter de encaminhar aquela criança ou adolescente para os serviços de saúde da Região onde mora – isso quando existe lá a especialidade que precisamos – contamos com o atendimento aqui mesmo. O acompanhamento Psicossocial é o nosso 'carro chefe'. Realizamos encontros sistemáticos com as crianças, os adolescentes e suas famílias e/ou responsáveis, e mesmo não tendo foco psicoterápico, buscamos lhes proporcionar um espaço de escuta comprometido com a consideração da singularidade do sujeito e a excepcionalidade de cada caso. Estes encontros dirigem-se, sobretudo, para a aproximação das dinâmicas familiares, reconstrução das relações afetivas e ressignificação da experiência de violência sofrida pela criança ou adolescente.

- O CERCA também mantém um trabalho preventivo (apontando para o eixo da PREVENÇÃO no Slide 01) chamado de Campanha de Prevenção e Sensibilização Social – CPSS. Esse trabalho se expressa a partir de encontros realizados em instituições de diversas ordens como empresas, ONGs, serviços públicos, que de alguma forma lidam com crianças e adolescentes. O público abrange desde profissionais como policiais e professores, até crianças, adolescentes e pais atendidos por estas instituições. Tal como estou fazendo para vocês aqui hoje. Com o intuito de dar visibilidade ao fenômeno, discutir algumas problemáticas nele envolvidas e apresentar nosso trabalho.

- A DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO refere-se a orientação e assessoria jurídica às famílias das crianças e adolescentes que buscam a responsabilização do agressor. Para esta atuação contamos com a parceria do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, o CENDHEC, que disponibiliza o trabalho de seus advogados para as famílias, gratuitamente. Realizamos reuniões mensais com estes profissionais.

[10] O anexo 2 apresenta a Cidade do Recife dividido por bairros e RPAs.

- A MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO é a nossa participação e apoio em espaços de articulação visando o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, a exemplo da Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado de Pernambuco, a Rede de Atenção a Criança da RPA 4, a Rede de Assistência Social da RPA 4 e o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Um exemplo de participação em eventos é o dia 18 de maio. Vocês sabem o que este dia representa? Além do dia de Luta Antimanicomial. É o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Mobilização nacional, com seminários, palestras, passeatas, que acontecem neste dia em função de um caso específico: o caso Araceli. Uma menina de apenas 8 anos assassinada violentamente em 18 de maio de 1973, no estado do Espírito Santo. Seu corpo foi encontrado somente seis dias depois do dia em que havia desaparecido; desfigurado e com marcas de abuso sexual. Mas apesar de haverem fortes evidências contra os principais suspeitos, além de algumas testemunhas contra eles, estes jamais foram condenados. Vinte e sete anos depois, a data de sua morte foi transformada no Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pelo Congresso Nacional[11]. Para lembrar que nossa sociedade ainda produz muitas "Aracelis".

- Já o PROTAGONISMO JUVENIL é responsável pela formação e acompanhamento de um grupo de adolescentes para, utilizando a temática da violência contra crianças e adolescentes, despertar reflexões sobre a realidade dos mesmos em suas famílias, escolas e comunidades. Esta atividade já levou uma adolescente do grupo, Gleice Chagas, para elaborar e participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, que ocorreu em 2009 no Rio de Janeiro. Uma experiência espetacular para uma garota oriunda de uma comunidade pobre de nossa cidade, despertando-lhe para inúmeras possibilidades. Mas, infelizmente, este trabalho está interrompido porque os técnicos nele envolvidos tiveram que priorizar outras atribuições, por exemplo, no horário deste grupo, abrir vagas de atendimento em função da demanda crescente.

[11] No anexo 3 está o exemplo do cartaz da campanha do ano de 2011.

Bem, logo de sua inauguração o CERCA deixa de ser um Programa para se tornar um Serviço, ou seja, não se caracteriza mais como uma ação pontual (início, meio, fim e avaliação), mas como ação continuada. O que permite que, independente das entradas e saídas de governos e partidos, o serviço permanecerá sendo oferecido à população. Essa mudança também implicou na abrangência de nossa atuação, ampliada para o atendimento de crianças e adolescentes vitimadas por outros tipos de violência (omissiva, psicológica e física), além da sexual. Nos deteremos em cada um destes tipos daqui a pouco. O importante é que todas essas mudanças estão previstas na Política Nacional de Assistência Social."

O psicólogo troca de Slide:

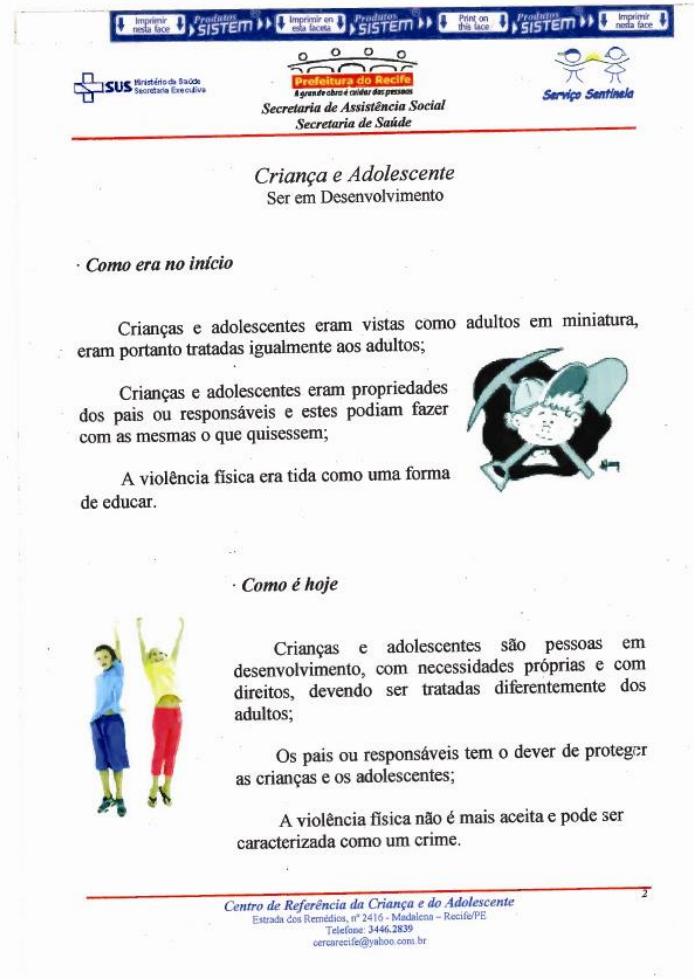


Figura 2 - Slide 02 da CPSS

"Mas se hoje violência contra crianças e adolescente é uma questão de ferimento de Direitos Humanos, um problema de Saúde Pública e atualmente existe um serviço como este,

muitas águas rolaram no que diz respeito à construção desta compreensão geral que temos, sobretudo no que se refere à infância e à adolescência. Como vocês podem ler no folder[12] que já entreguei a vocês, trabalhamos com a perspectiva de que a infância e a adolescência são construções sociais que se transformam com o passar do tempo, variando também entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade. Ou seja, em diferentes momentos e lugares da história humana, a infância sobretudo, e a adolescência como um fenômeno mais recente, já foram e são concebidas de diversas maneiras. A exemplo do que podemos encontrar muito brevemente neste Slide (apontando para o Slide 02)." Troca-se de Slide.

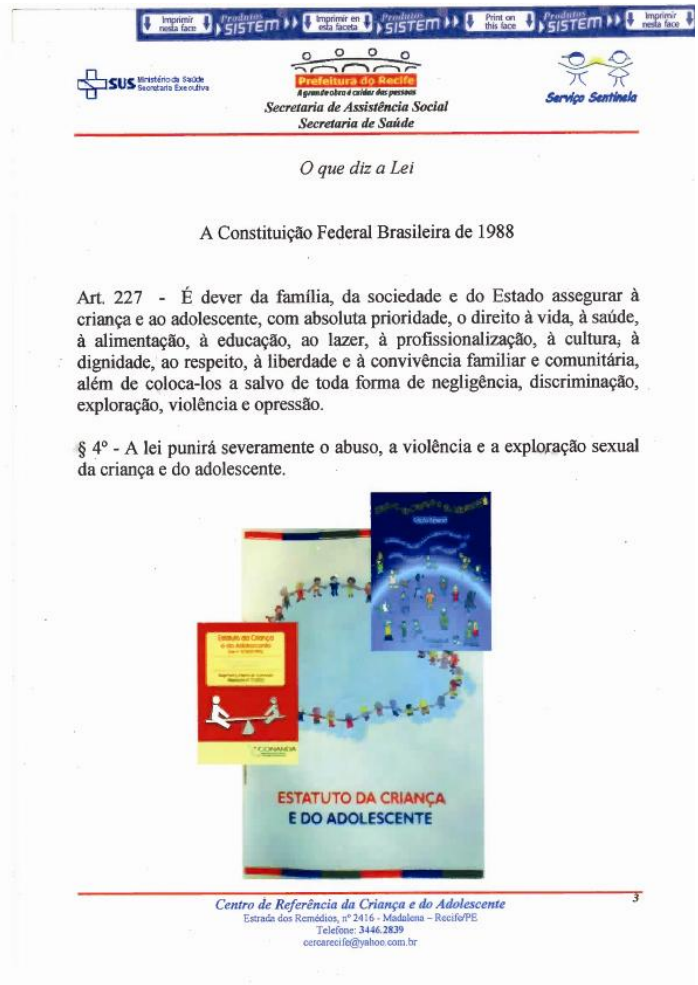


Figura 3 - Slide 03 da CPSS

[12] Material de divulgação do CERCA apresentado no anexo 4.

"É por isso que precisamos de alguns acordos para organizar diferentes concepções e, assim, nossas relações. No Brasil contamos hoje com a Constituição de 1988 e mais especificamente com o artigo 227, mas é no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que serve exatamente para esmiuçar o que está na Constituição, na qual encontramos, por exemplo, a criança como a pessoa que tem até 12 anos de idade e o adolescente de 12 a 18 anos. Observem que os primeiros capítulos do ECA são exatamente os direitos defendidos no artigo 227 de nossa lei maior (entregando um livrinho do Estatuto para o residente mais próximo e fazendo-o circular). É no Estatuto que também está previsto a criação dos Conselhos Tutelares. Vocês sabem o que são os CTs? Está aí, artigo 131: 'O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei'. No Recife temos oito, um em cada RPA, exceto as RPAs 3 e 6, que em função de suas amplitudes possuem cada uma dois Conselhos[13].

Por conta mesmo de acordos como estes, é que temos algumas definições sobre as experiências vividas pelas nossas crianças e adolescentes, inclusive as de violência. A Organização Mundial de Saúde – OMS utiliza uma tipificação para este fenômeno, muito utilizada para orientação didática e legal por muitos países, incluindo o Brasil. Deste modo a violência intrafamiliar é comumente classificada como (o profissional põe novo Slide – ver figura 4):

- A VIOLÊNCIA OMISSIVA OU NEGLIGÊNCIA, como vocês podem ler, ocorre quando pais ou responsáveis que têm o dever de zelar pelo desenvolvimento sadio da criança ou adolescente se omitem em fazê-lo. Este tipo de violência se expressa basicamente por um desleixo na atenção à criança ou adolescente, mas pode culminar com o abandono. Casos como os de pais que costumam levar seus filhos recém-nascidos ao shopping, expondo-os a um ambiente fechado de extrema circulação de pessoas e bactérias, não são os encaminhados para o CERCA. Para cá são trazidos casos como o do garotinho cuja feridinha na cabeça teve tanta atenção da família que, quando compareceu na escola, a professora achou um cheiro 'estranho' na sala de aula

[13] A lista dos Conselhos Tutelares da cidade do Recife e seus respectivos contatos estão no anexo 5.

e trouxe imediatamente o aluno para a Policlínica, onde o setor de curativo o recebeu para tirar os tapurus do ferimento.

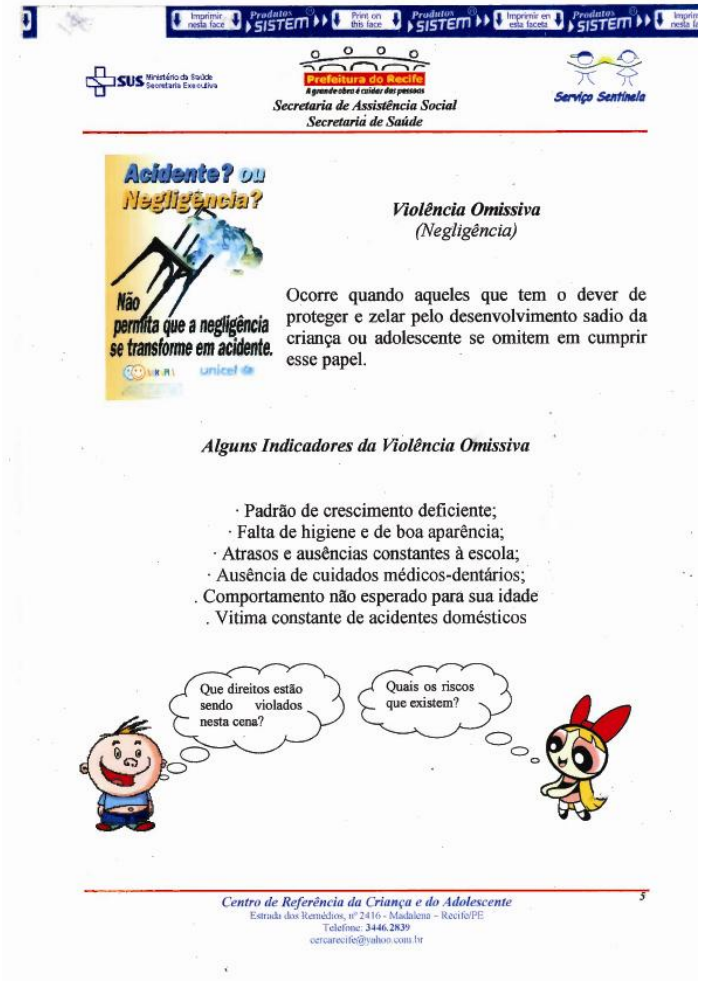


Figura 4 - Slide 04 da CPSS

Existem casos que nos fazem ponderar sobre a atuação da família. Situações de cárcere, por exemplo, como quando geralmente a mãe tranca os filhos em casa para não saírem pela comunidade violenta enquanto ela vai trabalhar. São casos legalmente condenáveis, mas que alternativas essa mãe tem? Em que situação seus filhos correm mais risco? Souberam da morte de duas criaças carbonizadas recentemente nesta situação? Mas quantas morrem após serem cooptadas pelo tráfico de drogas? Na realidade nenhum dos casos que chegam aqui recebem um atendimento ‘standard’, são todos considerados em suas particularidades, excepcionalidades. Aliás, este é um termo utilizado pelo Conselho Federal de Psicologia para justificar os atendimentos

psicossociais individuais dentro de serviços da Assistência Social, excepcional. Esta determinação foi publicada no manual de referências para a atuação do psicólogo em serviços de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias. Aqui no CERCA garantimos: todos os casos que atendemos são excepcionais! Quanto aos indicadores que vocês vêem nesta imagem, vale pensarmos sobre sua aplicabilidade, pois podem apontar para uma situação de violência, ou não, e ainda a violência acontecer sem que haja indicadores aparentes. De modo que antes de seguir de forma puramente médica, ou até mesmo matemática, somando indicadores, sinais e sintomas para fins de um diagnóstico, escutar cada história e estar aberto a uma pluralidade de possibilidades talvez permitam nos aproximar mais das experiências vividas pelas pessoas que atendemos. Próximo Slide...”

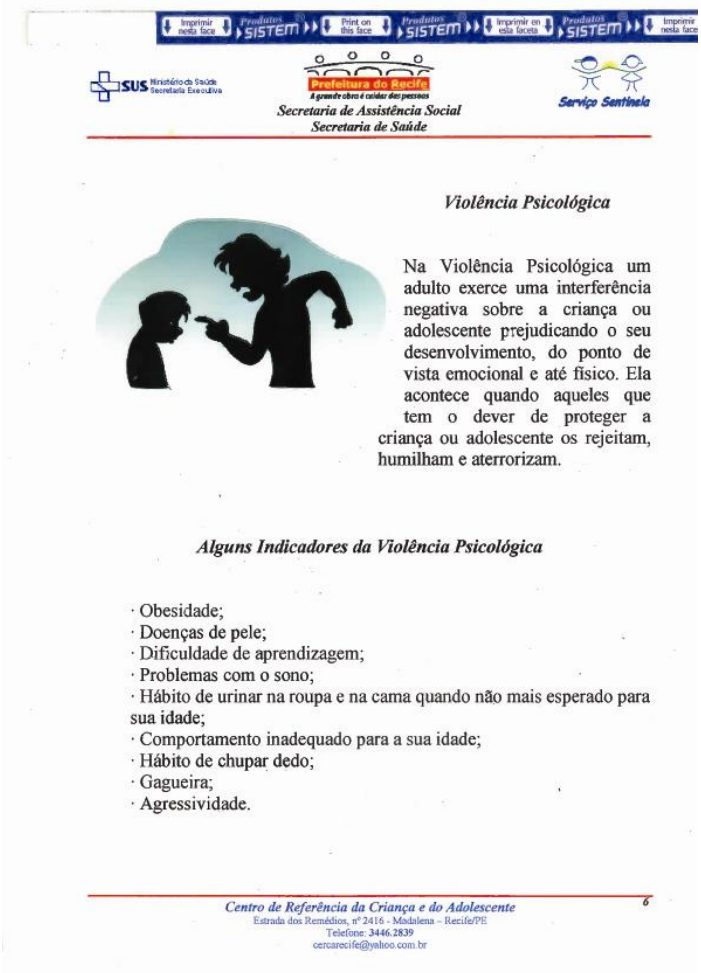


Figura 5 - Slide 05 da CPSS

- A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA é compreendida como uma interferência negativa que um adulto pode exercer no desenvolvimento sadio de uma criança ou adolescente, do ponto de vista psicológico. Este tipo de violência prejudica o desenvolvimento emocional e até físico de quem por muito tempo fica submetido ao mesmo. Nesse caso, pais ou responsáveis estão constantemente rejeitando, humilhando ou aterrorizando crianças ou adolescentes que deveriam proteger. Dos tipos de violência, costuma-se dizer que este é o mais silencioso. Além disso, só podemos observá-lo por meio dos seus impactos, já que uma mesma situação pode repercutir de maneira muito diferente de pessoa para pessoa, alguém que vai ter sua vida marcada por aquele apelido ridículo, por exemplo, e aquele para quem o mesmo apelido e 'brincadeiras de mau gosto' não serão determinantes na forma como irá se relacionar com os outros e consigo. Hoje temos um diagnóstico bem na moda, acho que todos aqui já o conhecem... o Bullying. Violência psicológica, podendo chegar a agressão física, continuada, presente na relação entre pares, crianças ou adolescentes, bastante observada agora nas realidades escolares. Um exemplo de como o fenômeno da violência é democrático, não distingue cor, credo ou classe social: recentemente vi em um telejornal que a princesa do Japão não queria ir mais à escola. Por que alí sofria com uma série de intimidações, que ridicularizavam, inclsive, sua posição aristocrática. Voltando para nosso dia-a-dia aqui no CERCA, percebemos que por vezes os agressores não têm nem noção de que estão agredindo alguém com seu comportamento ou falas, a exemplo de um caso que recebemos de um menino estuprado pelo pai, que em função disto foi morar com a mãe, esta, separada daquele e já com outra família constituída. A questão é que as crianças atendidas aqui sofrem bastante com estereótipos e estigmas, então o menino vítima de violência sexual tinha que ser triste e chorar pelos cantos na concepção do padrasto que o recebeu. Quando este garoto brincava, e acabava por fazer bagunça ou muito barulho, este padrasto encontrou uma maneira bem 'pedagógica' de fazê-lo silenciar, dizendo: 'vou lhe devolver para seu pai!'. Era o suficiente para a criança calar e parar o que estava fazendo. Uma mágica que percebemos quando escutamos o próprio padrasto se vangloriando do controle que exercia sobre a criança: 'tá tudo bem doutor, quando o menino tá o 'pé da besta' eu digo...'. O fato do menino se urinar diante desta ameaça parecia não ser um problema para o adulto. Mais um motivo para estarmos sempre

escutando os responsáveis pelas crianças e adolescente que atendemos. Sim, as crianças e adolescentes só são atendidas aqui quando pais e responsáveis também se prontificam a vir para atendimentos. Assim procuramos implicar os adultos nas experiências de suas crianças e adolescentes, além de poder analisar as demandas destes adultos na vida destes que são trazidos. O interessante é que já ouvimos da gestão: 'ora, se este é um serviço de referência para atendimento de crianças e adolescentes, por que têm adultos ocupando os horários?' Resta-nos esclarecer nosso posicionamento, enquanto equipe profissional, com argumentos técnicos, teóricos e legais. O chato é que temos de fazer isso periodicamente, a cada gestor que sai e entra tão rapidamente destes cargos que são ocupados via indicação."

Figura 6 - Slide 06 da CPSS

- “Esta daqui (VIOLÊNCIA FÍSICA) (trocando de Slide) podemos dizer que se trata de um dano causado ao corpo de uma criança ou adolescente, de forma intencional. Para tal fim, são utilizados tanto o corpo do próprio agressor, como pés e mãos, quanto outros instrumentos. E a criatividade das pessoas é enorme, tanto para as coisas sublimes, quanto para o que há de mais perverso. Então chegam aqui crianças e adolescentes feridos por fios de carregador de celular, corrente de bicicleta, borracha de porta de geladeira, além dos consagrados ovos e colheres quentes, cabos de vassoura e cintos. Mas basta a mão para fazer um filho de quatro anos desmaiar, como já demonstrou uma mãe que chegamos a atender. Sim, atendemos esta mãe! O que foi mais importante para a criança do que se esta viesse tão sistematicamente como a dita ‘agressora’. Como não respondemos de forma mecanizada, achamos que afastar a criança do convívio familiar, inclusive daquela mãe a quem tinha tanto afeto, seria mais danoso, já que víamos a possibilidade da fragilização de laços que por ventura vulnerabilizavam ou vitimizavam a criança e apostamos na emergência de novos arranjos e elaborações, sem que isso implicasse na fragmentação dos vínculos entre as pessoas. Logicamente, observamos que a situação nos permitia tal intervenção. Mais um caso em que ratificamos a posição de que as demandas que nos chegam por meio das crianças e adolescentes são sobretudo parentais e sociais.”

  Uma nova imagem é projetada na parede (ver figura 7).

- “Chegamos a VIOLÊNCIA SEXUAL. Que priorizamos em nosso atendimento em função do lugar que ocupa histórica e culturalmente, a complexidade dos impactos subjetivos decorrentes, além da nossa remanescência institucional. Este tipo de violência caracteriza-se pelo uso do corpo de uma criança ou adolescente com o fim de obter prazer sexual e pode ser diferenciada em:

    - AGRESSÃO SEXUAL. Quando o agressor, para praticar atos de natureza sexual com a vítima, vale-se da coação física ou psicológica.

- ABUSO SEXUAL, no caso do abusador se valer de artifícios para conseguir um falso consentimento da vítima para ela praticar atos de natureza sexual, visando com isso a obtenção de prazer. Seduzindo ou barganhando, por exemplo.

- E a EXPLORAÇÃO SEXUAL. Quando há obtenção de lucro a partir da utilização do corpo da criança ou adolescente, para fins sexuais.

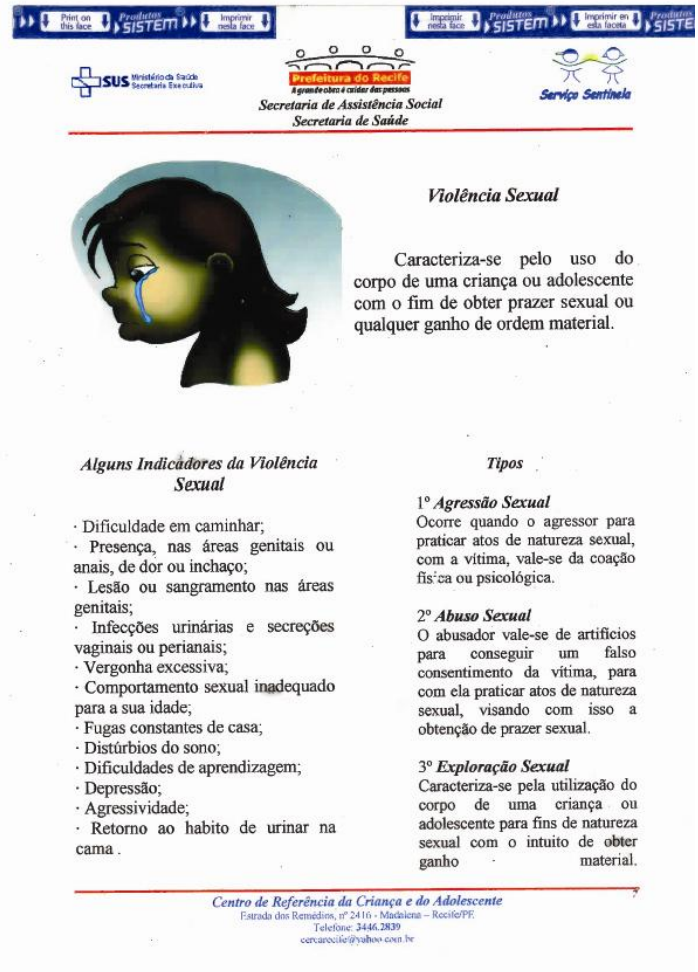


Figura 7 - Slide 07 da CPSS

Vale ressaltar que criança e adolescente não se prostitui. A prostituição é uma ocupação legal em nosso país sendo exercida apenas por adultos. O que é ilegal é o

rufianismo, ou seja, favorecer-se financeiramente da prostituição de outros. E quando encontramos crianças e adolescentes nesta situação, estão sempre sob exploração sexual. É uma situação que está imersa num mar de moralismos, preconceitos e jogos de poder. Não é incomum ouvirmos sobre crianças e adolescentes nesta realidade: 'é safadinha mesmo', 'desde pequeno já era sem vergonha', além de outros comentários infames. A questão é que qualquer aproximação na vida destes pequenos revela uma história de sofrimento, desconsideração, que parece culminar na exploração em que estão envolvidos, principalmente por pessoas próximas. Como o exemplo de pais que vendem seus filhos e filhas nas noites de nossa cidade por qualquer dinheiro. Além disso, negligenciamos a sexualidade na infância, e muitos acham mais fácil se eximir do papel adulto de localizar socialmente as experiências vividas pelos meninos e meninas, e apontar para o que, de nós, projetamos nelas. Chegamos ao ápice de nossa hipocrisia enquanto sociedade quando um juiz inocenta uma grande figura pública de nosso país, suspeito por ter abusado sexualmente de duas meninas com menos de 15 anos, alegando que as meninas já estavam inseridas na exploração antes do réu submetê-las ao abuso. Não! Ainda tem pior! Sabemos de uma decisão judicial que, em função do tamanho do shortinho que a menina estava usando, o suspeito não poderia ser responsabilizado pelo estupro. Poderíamos passar o dia discutindo exemplos que mostram o quanto de nossa história, cultura, valores, ou seja, coronelismo, escravismo, colonialismo, enfim, ainda estão implicados na maneira como tratamos uns aos outros, tratamos nossas crianças e adolescentes."

O psicólogo coloca o último Slide (ver figura 8).

"Mas como os exemplos que citei e demais casos chegam ao CERCA? De várias maneiras. Às vezes encaminhados por instituições, como escolas ou unidades de saúde; outras vezes trazidos por amigos, vizinhos, pessoas da comunidade, pela própria família, além dos nossos parceiros do Sistema de Garantia de Direitos, como a Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente – GPCA, Conselhos Tutelares ou Centros de Defesa, como o CENDHEC ou o Centro de Referência Clarice Lispector. Muitas vezes estes casos já passaram pela denúncia formal na GPCA, o que não é necessário para todos os casos, o importante é que haja uma denúncia, no sentido de que aquela situação de violência possa ser interrompida através de sua visibilidade pelas instituições competentes. Além desta denúncia formal na delegacia, existe a possibilidade de trazer à tona o ocorrido por meio de denúncia anônima aos Conselhos Tutelares ou ligando para o disque 100. Este número é um serviço da Secretaria Nacional de

Direitos Humanos que acolhe, gratuitamente, denúncia de violência contra crianças e adolescentes, acionando em 24 horas as instituições locais responsáveis por aplicar medidas protetivas aos casos denunciados.

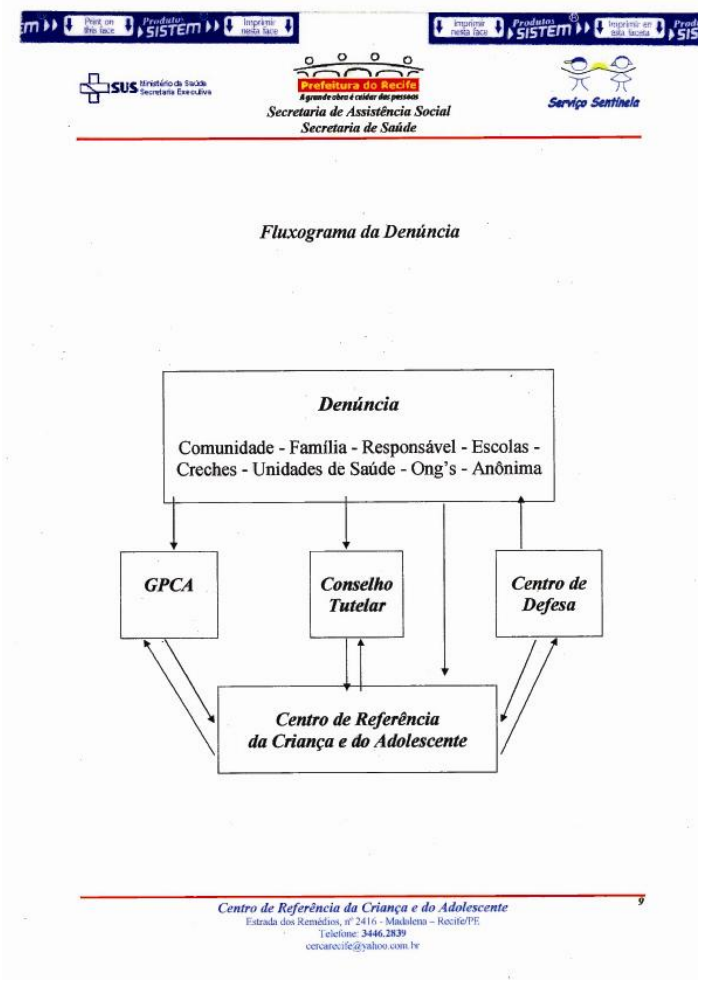


Figura 8 - Slide 08 da CPSS

Como prevê o ECA é nosso papel cidadão denunciar, inclusive, suspeitas de situações de violência, deixando para as instituições competentes averiguar, salvaguardando a criança ou o adolescente em questão. Ainda há muito receio em se fazer uma denúncia, mesmo que anônima, e parece que profissionalmente as pessoas negligenciam ainda mais a importância de poder interromper um ciclo que pode estar submetendo uma criança ou adolescente a muito sofrimento e confusão. Para isso foi criada e vem sendo fortalecida a Ficha de

Notificação[14]. Uma ficha de preenchimento compulsório que deve estar presente em todos os serviços que trabalhem com crianças e adolescentes. Não se configurando como uma denúncia tal qual na GPCA, mas sendo preenchida em três vias – uma fica na sua instituição, outra encaminhada ao Conselho Tutelar e a terceira para o órgão de epidemiologia de seu município – fazemos com que o Conselho Tutelar possa tomar as medidas necessárias a proteção da criança ou adolescente em questão e possibilitando um panorama desta triste realidade para ações políticas mais efetivas".

O profissional disponibiliza uma ficha de notificação para conhecimento do grupo. A partir desta, abre-se um debate sobre o quanto a mesma pode garantir ao profissional a segurança do anonimato, e assim também se discute sobre a invenção cotidiana de uma atuação partindo das especificidades de cada caso. O encontro é finalizado com um convite para o grupo conhecer a sala de atendimentos[15] (sala de psicologia 1). O espaço com brinquedos, jogos, materiais artísticos e as pinturas das crianças coladas nas paredes encanta os Residentes. O psicólogo esclarece: "este é um espaço de construção e reconstrução, onde a criança, o adolescente e seus responsáveis recebem a responsabilidade angustiante de, a partir do que eles mesmos trazem, elaborar possibilidades para lidar com seus sofrimentos".

Após troca de e-mails e uma breve despedida, o psicólogo, então, se senta na sala que acabou de apresentar, para atualizar alguns prontuários, atividade que costuma deixar para a última hora de seu expediente. Momento em que suas colegas do turno da tarde começam a chegar.

1.3. ENTRADA EM CAMPO

CPSSs como esta, que acaba de ser descrita, fazem parte do cotidiano do CERCA. Este é exatamente o motivo pelo qual a utilizo para a apresentação da instituição, meu campo

[14] Anexo 6.

[15] Fotos das salas de psicologia presentes no anexo 7.

de pesquisa neste estudo. E descrever esta atividade sendo realizada por mim enquanto psicólogo da instituição tem a intenção de deixar evidente um exercício metodológico permanente. Pois se poderia dizer que não há entrada no campo, já que estou inserido no mesmo enquanto seu componente, João Villacorta: psicólogo do CERCA. Antes de comprometer a pesquisa, penso que esta familiaridade pode ser um potencializador na aproximação com as minúcias presentes no campo. Ao mesmo tempo em que os "nativos" não estranharam minha presença, posto que sou tão "nativo" quanto eles. Sentado na sala de reunião, como sempre fiz, no lugar sempre por mim escolhido (em baixo do condicionador de ar), pude observar meus colegas sem que se incomodassem com a minha presença, já que sempre sento ali para ler, conversar, preencher documentos e mesmo tomar meu cafezinho. A observação e questionamento sobre o cotidiano e as práticas ali presentes foram facilitados por este fator. Contudo, exigiu-me um distanciamento suficiente para que minhas descrições e análises não deixassem de tocar em pontos, que por me parecerem comuns eu não os apresentasse. Proponho pensar minha entrada neste campo a partir do momento em que passei a questioná-lo, exercitando um estranhamento sistemático sobre as práticas e relações que nele se estabelecem, João Villacorta: pesquisador, faceta que se intensificou com a realização desta pesquisa de mestrado. Colocar-me em terceira pessoa, quando faço referência a minha atuação como profissional da instituição, possibilita observar e analisar minhas próprias práticas, tal como as dos demais membros CERCA. Tento assim escapar de negligenciar um possível ator relevante no contexto observado, em detrimento de algum purismo metodológico. Considero, por exemplo, que os efeitos de alguma interferência de minha posição enquanto autor do presente estudo se ameniza ao observar que o evento acima descrito não se distancia do mesmo trabalho realizado pelas educadoras sociais, principais profissionais responsáveis pelas CPSSs, seguindo, inclusive, o mesmo roteiro de slides e temas abordados. As variações se dão, sobretudo, em função das questões trazidas pelo público atendido por estas Campanhas.

Introdutório, o conteúdo desta CPSS não é suficiente para se alcançar os já explicitados objetivos desta pesquisa. Deste modo, proponho continuarmos acompanhando os profissionais desta instituição. Para isso é necessário observarmos a entrada em cena de um ator fundamental, a criança.

1.4. CHEGADA

Quando uma criança chega ao CERCA traz consigo uma marca: "criança vítima de violência". Do contrário, não seria levada para a instituição. Inclusive, a condição de existência desta última, diz do entendimento do Estado de que crianças que experenciam situações de violência devem receber atenção e cuidados específicos, o que também aponta para a especificidade dos impactos que estas situações têm na vida dos pequenos.

Têm-se então, de imediato, duas caixas-pretas estabelecidas: a criança e a violência. Além da relação entre elas. Caixas-pretas de saberes, conhecimentos, já configurados, cuja produção está ali contida, guardada, até esquecida (LATOUR, 2000).

Assim a experiência vivida pela criança assume o peso de um fato, que se agravado pelo que é considerado do âmbito do sexual, parece necessitar de uma atenção ainda mais especializada.

Criança vítima de violência sexual. É fato. Estão assim nas escolas, casas, ruas, hospitais. São..., sentem..., serão...

Emaranhado que, no CERCA, começa a ser traçado pelo Acolhimento/Atendimento Inicial. Primeiro contato com a demanda dirigida ao serviço, quando é feita a escuta dos responsáveis pela criança ou adolescente. Este procedimento é realizado tanto pelos assistentes sociais como pelos psicólogos, ou até mesmo em conjunto. Os profissionais, além do levantamento da demanda, atentam para a obtenção de dados para contato posterior e as necessidades de encaminhamentos, esclarecimento sobre a instituição e as especificidades de sua atuação. Diante da disponibilidade de horário do profissional de psicologia, no turno em que a criança não está na escola, são marcadas as Entrevistas Iniciais. Estas últimas são escutas realizadas de forma não diretiva, que ocorre em continuidade ao Acolhimento, visando uma maior aproximação com as particularidades do caso, observando ainda a pertinência para o atendimento psicológico e necessidades de outros encaminhamentos. Esta escuta por parte dos psicólogos se dá em concomitância com as Entrevistas Sociais. Atividades nas quais são colhidas informações sociais da família, fazendo um histórico do caso e avaliando as necessidades de encaminhamentos da mesma para os serviços de

atendimentos pertinentes (bolsa família, bolsa escola, assistência judiciária, atendimento médico, Conselho Tutelar, entre outros). Neste processo, além de colher as informações/dados, são repassadas orientações sobre atividades e dinâmicas do serviço (reunião de pais e responsáveis, visita domiciliar e institucional). É ressaltada também a importância da assiduidade aos atendimentos e encontros mensais. Esta atividade do serviço social pode ser aprofundada por meio de visitas domiciliares. Após o Acolhimento e as entrevistas, as crianças são chamadas para dar início aos atendimentos psicossociais. Até então, durante as etapas anteriores (processos que não têm tempo determinado de duração), apenas os adultos são atendidos pelos profissionais. Os atendimentos às crianças pelo psicólogo estão intimamente atrelados ao acompanhamento também dos pais/responsáveis, o que é preconizado politicamente (o foco da Política Nacional de Assistência Social é a família, independente de sua configuração), mas sobretudo em função de uma necessidade técnica defendida pelos psicólogos (ao entender que demandas de crianças são demandas parentais e sociais, não há como desenvolver um trabalho amplo com a criança sem estabelecer uma relação com as figuras que são significativas em sua vida).

Os três psicólogos e as duas assistentes sociais ainda possuem outras atribuições, como a organização e participação de seminários, palestras, debates, cursos e oficinas, elaboração de laudos e pareceres psicossociais, organização e atualização dos registros dos casos atendidos, notificação dos casos atendidos, participação em reuniões de redes voltadas para as discussões sobre direitos de crianças e adolescentes. Este trabalho se amplia pelo fato do serviço não possuir uma coordenação, fazendo com que os profissionais, a partir de suas disponibilidades de horário, tenham que representar a instituição em atividades organizacionais de articulação, elaboração de relatórios, solucionar questões administrativas, representando o CERCA e, consequentemente, a Secretaria de Assistência Social e Prefeitura em espaços de mobilização e organização sociais. Estas atribuições menos específicas também são realizadas pelas duas educadoras sociais, que possuem como atividade principal as CPSSs, tal como já esclarecidas anteriormente. O serviço ainda conta com uma agente administrativa, responsável pela organização dos dados e aspectos burocráticos de ordenação do serviço, além de uma recepcionista e uma profissional de serviços gerais.

No dia-a-dia, estas atividades e a relação entre os profissionais ocorrem quase de maneira indiferenciada: abrem-se e fecham-se portas, entram e saem mães, pais, responsáveis, crianças, adolescentes; um profissional procura o outro em sua sala, fecham a porta, discutem

provavelmente o caso que acabou de sair, ou o próximo a chegar; conversas soltas entre os mesmos na sala de reunião; recebimentos de documentos, elaboração e envio de documentos; pausa para o cafezinho, alguns risos e conversa descontraída. Chegam grupos de profissionais ou alunos para conhecer o serviço; saem as educadoras sociais para suas Campanhas, voltam; reuniões de equipe, reunião geral ou intercontrole entre os psicólogos. Nada muito linear, a não ser pelo fato de que a cada hora está marcada uma família para comparecer aos atendimentos psicossociais[16]. Mas faltas e remarcações subvertem até a linearidade destes horários.

Menos linearidades, mais controvérsias. Observemos cada profissional em sua prática com as crianças, como se relacionam com estas, ponhamos uma lupa e escutemos estes profissionais.

1.5. A CRIANÇA SUJEITO (DE DIREITO E DO INCONCIENTE)

> Nós preferimos o termo Atendimento Inicial. Pode não ser uma posição de toda a categoria, mas distinguir o nosso trabalho de outros, como por exemplo da psicologia, é importante. Quando uma família chega, fazemos o Atendimento Inicial e posteriormente, se for o caso, realizamos as Entrevistas Sociais. (Informação verbal) [17]

O que está em jogo nesta fala da assistente social Patrícia Silva além da afirmação identitária do seu trabalho? Se em termos práticos este primeiro momento com as pessoas que buscam o CERCA não difere entre psicólogos e assistentes sociais. Uma escuta livre para apropriação da demanda e registro dos dados para contato posterior. Quando consideramos o acolhimento para além de uma aproximação de ordem afetiva, e observamos a dinâmica de

[16] Ver ficha de Programação Semanal no anexo 8 – Instrumentais.

[17] Informação fornecida pela assistente social Patrícia Silva em conversa no CERCA, dia 25 de março de 2011.

"mão dupla", lógica, na qual o "acolhedor" vê em sua relação com quem é "acolhido", seu lugar (profissional, de saber, de poder) reconhecido pelo outro, encontramos uma relação de acolhimento mútuo, independente do nome atribuído a este primeiro encontro. O par "acolhedor-acolhido" (NOGUEIRA, 1994) revela de pronto a complexidade da relação que se estabelece desde o início do acompanhamento do familiar/responsável, da criança, pelos profissionais do CERCA. Nesta dinâmica "acolhedor-acolhido", "sujeito-objeto", tanto o profissional quanto aqueles a quem atendem estão envolvidos numa interanimação, na qual é a experiência particular de cada relação que pode oferecer os pontos de apoio, referências para o reconhecimento do papel e ação de cada um.

Talvez seja esta complexidade, de não encontrar *a prioris* no encontro com o outro, que promova o posicionamento da assistente social Patrícia em, de imediato, dizer da sua identidade profissional. A assistente social Walkiria Freire também nos indica fatores para as delimitações de seu campo de atuação quando se refere a um fator complicador em seu trabalho:

> [...] é quando o outro traz particularidades e dores com as quais são difíceis de lidar, onde não se pode fazer muita coisa. (Informação verbal) [18]

Assim, norteadas por documentos como resoluções do Conselho Federal de Assistência Social (Resolução CEFESS nº 493/2006. Dispõe sobre condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. Brasília, 2006), guias (Guia Operacional para Funcionamento dos Centros e Serviços de Referência do Programa Sentinela. 2002 – SENAI – DF), parâmetros (Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFP/CEFESS, 2007) e políticas (Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004), as assistentes sociais do CERCA atuam focadas "na defesa de direitos" dos quais crianças e adolescentes ali atendidas são sujeito:

> [...] a criança e o adolescente são considerados 'sujeito de direitos'. A palavra 'sujeito' traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos

[18] Informação fornecida pela assistente social Walkiria Freire em entrevista no CERCA, dia 13 de abril de 2011.

> autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros 'objetos', devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. (BRASIL, 2006. p. 25)

Diante desta compreensão, a violência sofrida pela criança se refere a um momento em que a mesma é submetida a uma situação na qual esta sua condição de sujeito é violada, como diz a assistente social Walkíria Freire:

> Alguém que não teve opção. Que passou por uma experiência em que não teve escolha. (Informação verbal) [19]

É em função mesmo deste entendimento, que a perspectiva da profissional em questão mostra o serviço do CERCA como:

> [...] importante enquanto possibilitado por uma política, que mesmo ainda precária, não existia antes. Para garantir direitos que nem se quer eram percebidos enquanto tal. (Informação verbal) [20]

Desenvolvimento, integridade, autonomia, valores atribuídos a criança que justificam o entendimento da violência sexual como o envolvimento da criança em atividades sexuais que não compreende, e que, como ressalta Walkíria:

> [...] diferentemente do adulto, não está preparada para viver tal experiência. (Informação verbal) [21]

[19] Idem.

[20] Idem.

[21] Idem.

É possível perceber o quanto nesta perspectiva, os termos, elementos, precedem suas relações. O que mostra uma herança da lógica formal aristotélica e que permite, por exemplo, a filósofa Marilena Chauí (2003) localizar a violência como tudo aquilo que reduz um sujeito à condição de objeto. Herança comum que tornam plausíveis aproximações e acordos entre diferentes campos do conhecimento: Medicina, Direito, Assistência Social, Psicologia, etc.

Quanto à Psicologia, os profissionais do CERCA também estão munidos de um imenso aparato legal e teórico para pautar suas ações. Podem-se encontrar resoluções do Conselho Federal de Psicologia presos por tachinhas no quadro de aviso da instituição (RESOLUÇÃO CFP Nº 010/2010 - Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção), ou a publicação do mesmo Conselho "Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: Referências para a Atuação do Psicólogo" (2009), na mesa de reuniões. Contudo, há algumas controvérsias entre estes postulados legais e as práticas dos psicólogos: pois se tais referências também apresentam os *a prioris* de uma concepção do evento denominado "violência sexual", estabelecendo uma sequência de ações, dispositivos, para "tratar" do mesmo, o cotidiano na instituição e as entrevistas apontam para outra direção:

> [...] Não vejo este trabalho como específico, que necessite de um especialista [...] Não tem que ter regras. Que sua ação deva ser pautada em tal ou qual dispositivo, como se todos os profissionais tivessem que atuar da mesma maneira nos casos de crianças vítimas de violência [...] Pois atendemos pessoas com singularidades, com suas subjetividades, suas histórias de vida, e que mesmo vivendo experiências semelhantes, estas repercutem de maneiras diferentes em cada pessoa. (Informação verbal) [22]

Esta posição da psicóloga Cristiane Rocha, de estar atenta à particularidade de cada caso, faz com que não haja uniformidade no tempo de cada encontro da profissional com as pessoas que atende, apesar de marcar uma hora para cada família na pasta de Programação

[22] Informação fornecida pela psicóloga Cristiane Rocha em entrevista no CERCA, dia 26 de abril de 2011.

Semanal. O que também pode ser observado na duração do processo: há crianças que obtiveram alta em 6 meses e outras que continuam sendo escutadas a mais de 2 anos.

Diferentemente do que também está posto em alguns manuais como o "Guia Operacional para Funcionamento dos Centros de Referência do Programa Sentinela" (SENAI, 2002), os psicólogos do CERCA não focam sua atuação na experiência da violência sofrida pela criança, como também revela a psicóloga Cristiane:

> Se uma criança chega à instituição, mesmo que em função de uma situação de violência, ela traz outras questões [...] Muitas vezes o fator violência fica relegado ao 'terceiro plano', 'quinto plano'. E aí você não vai desconsiderar isso, né?! Talvez se fosse um 'especialista', ele desconsiderasse [...] Eu creio que não seja uma boa forma de trabalhar desconsiderando o que a criança traz para os atendimentos, mesmo que isso não foque na experiência de violência [...] A vida dela não vai se resumir aquilo. (Informação verbal) [23]

Os lugares pré-estabelecidos em função da vivência de uma situação de violência também são questionados pela equipe de psicologia, como ainda podemos observar na fala de Cristiane:

> Não posso fazer relação entre conflitos sobre orientação sexual e a experiência de violência [...] Nem sou eu enquanto profissional que posso dizer isso [...] Talvez como possibilidade que a própria pessoa construa sobre sua história [...] Então meu papel talvez seja de questionar estas amarrações imaginárias [...] Aqui é o espaço de desconstruir isso [...] apostamos na invenção, corremos o risco, mas apostamos em possibilidades para além dos estereótipos. (Informação verbal) [24]

Riscos de uma atuação que, de alguma forma, parece transgredir em meio ao "sujeito de direito" presente nas esferas jurídicas, dos serviços públicos, do fazer da Psicologia, da Medicina e da Assistência Social. Transgressões que minam a criança idealizada e sua família

[23] Idem.

[24] Idem.

ideal. O psicólogo João Villacorta questiona as práticas dos profissionais em um artigo apresentado em reunião de estudos do CERCA e em uma Jornada de Estudos Psicanalíticos (Jornada Freud-lacaniana de 2010), apontando para profissionais que:

> [...] vivem uma verdadeira maratona de Sísifo, buscando 'cientificamente' e 'legalmente' agir em nome de uma 'eudaimonia' (um bem último) e 'proteção integral', respondendo a dados estatísticos, lista de indicadores e fatores de risco, reforçando uma dimensão policial, de vigilância administrativa em prol da 'autonomia da criança', possibilitar o 'controle de seus impulsos' e 'adequação para viver em sociedade'. (VILLACORTA, 2010)

Vale ressaltar que a atuação dos psicólogos do CERCA está marcada pelos estudos que os mesmos empreendem no campo da Psicanálise. Todos estudam e participam de atividades junto a instituições relacionadas com as invenções de Freud. Dado que revela uma concepção específica destes profissionais sobre aqueles a quem escutam: a Psicanálise traz uma concepção de sujeito que é diferente da noção proposta pela Psicologia. Para aquela o sujeito é algo diferente do organismo que se adapta, ou qualquer evocação de um si mesmo, uma interioridade, que estariam do lado EU, campo do imaginário. O sujeito em Psicanálise está do lado de um pensar que dribla a consciência, a vigília, está descentrado com relação ao indivíduo, como defende o psicanalista francês Jacques Lacan (1976).

E sendo este sujeito o objeto da Psicanálise, e não a criança, o adolescente ou o adulto, muito menos a violência, o trabalho dos psicólogos do CERCA está as voltas com uma escuta que não parte de normatizações e "patologizações" que costumam estar atrelados às vidas das crianças e adolescentes que ali chegam. Proporcionando a estas uma escuta livre que, ainda segundo João Villacorta em artigo já mencionado:

> [...] abre-se para o campo da experiência. Esta que mesmo tendo uma direção, os caminhantes não sabem onde irão chegar. (VILLACORTA, 2010)

E que é observado pela assistente social Walkíria como:

Uma oportunidade para reconstruir tudo aquilo que viveu. (Informação verbal)[25]

As diferenças entre as concepções dos assistentes sociais e psicólogos do CERCA, entre a criança sujeito de direito e o sujeito que subjaz na criança, marcam suas práticas mas não impedem a relação entre os profissionais. Contudo a relação entre os conhecimentos parece algo irredutível a partir do momento em que não há conceitos comuns entre as diferentes perspectivas. Assim, as decisões de equipe levam em conta a argumentação e a responsabilização do profissional por sua conduta, como em casos, por exemplo, em que a equipe decide pelo atendimento das pessoas localizadas como agressores na relação com a criança ou adolescente. Debates, discussão de opiniões, impedem que os saberes fiquem fechados em compartimentos, permitindo-os, portanto, o convívio, que mesmo talvez não podendo chamar de interdisciplinaridade, podem encontrar o nó górdio na intenção dos profissionais de transformar a realidade das crianças e adolescentes que chegam ao CERCA.

Esta intenção também motiva o trabalho das educadoras sociais, que levam para as comunidades, escolas, empresas, enfim, todo grupo que busque se aproximar desta realidade, o conhecimento e as práticas desenvolvidas no CERCA e na relação desta instituição com outras. Diferentemente de como acontece em outros serviços da Prefeitura do Recife, em que os educadores sociais acompanham de perto a vida das pessoas atendidas, participando de atividades conjuntas (como os profissionais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) ou supervisionando o desenvolvimento das mesmas (como os profissionais serviço de Liberdade Assistida), as educadoras do CERCA desempenham um papel de multiplicação de informação, orientação e sensibilização com públicos externos ao CERCA. Não possuem convívio, nem acompanham a vida das famílias ali atendidas. Um trabalho fundamental de prevenção, capacitação de profissionais, e mesmo de intervenção, como nos casos em que, durante suas Campanhas, percebem pessoas vivendo em situações de violência, ou mesmo são abordadas por pessoas solicitando, não só esclarecimento, mas ajuda. A educadora Inês Dias, por exemplo, compõe a equipe desde sua fundação em 2001, uma figura central por sua experiência em debates internacionais (I, II e III Congressos Mundiais de Enfrentamento da

[25] Informação fornecida pela assistente social Walkiria Freire em entrevista no CERCA, dia 13 de abril de 2011.

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes), sua formação em História, que lhe permite uma visão ampla do fenômeno com o qual trabalha, além do contato intenso com as instituições que compõem a Rede Estadual de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

É mesmo este contato, de todos os profissionais do CERCA, com Redes, Comitês e Eventos, além dos ocorridos em função de parcerias de trabalho (CENDHEC, por exemplo) e encaminhamentos (como o Instituto de Medicina Integral de Pernambuco - IMIP, ou mesmo a Universidade Federal de Pernambuco), que faz circular no Centro de Referência muitas outras posições diante do fato "criança vítima de violência sexual". O que será abordado agora.

CAPÍTULO II

A ciência pode classificar
e nomear os órgãos de um sabiá
mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular
quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação
perde o condão de adivinhar: divinare.

Os sabiás divinam.

Manoel de Barros
em *"Livro sobre nada"*

2.1. UMA REDE COM NÓS FRÁGEIS

O CERCA compõe um sistema:

> Sistema de instituições públicas governamentais e da sociedade civil que tem como objetivo construir e aplicar os instrumentos normativos e fazer funcionar os mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, tanto em nível Federal, Estadual, Distrital, como Municipal.[26]

É o chamado Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, que forma uma rede complexa repleta de meandros em função das relações interinstitucionais. Em Recife compõem este Sistema instituições como:

- **Conselhos Estadual e Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente** – que formulam as política de atendimento à criança e ao adolescente, coordenam, controlam e fiscalizam a sua execução;

- **GPCA** – que busca garantir proteção e vigilância a crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violência, bem como, apurar os atos infracionais atribuídos aos adolescentes de 12 a 18 anos incompletos;

- **Conselhos Tutelares** – que, como já citado, objetivam garantir cumprimento do que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente;

[26] Página na internet da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Disponível em: http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sgd. Acesso em 22 de julho de 2011.

- **Poder Judiciário** – que em Recife conta com cinco Varas da Infância e Juventude e duas Varas de Crimes contra a Criança e o Adolescente;

- **Ministério Público** – através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude;

- **Centros de Defesa** – entidades da sociedade civil de promoção e defesa dos Direitos Humanos, como o CENDHEC;

- **Serviços Especializados** – destinados a ações específicas, o CERCA é um modelo.

Atores que interagem de diversas maneiras, dependendo das particularides de projetos, planos e parcerias, como, por exemplo, uma reunião no Ministério Público para Ação Interinstitucional de Combate à Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes – ESCCA, em Recife, que foi realizada no dia 21 de outubro de 2010 no auditório da sede das Promotorias de Infância e Juventude, na Rua Fernandes Vieira, Recife. Naquele momento, a assistente social Maria Luiza Duarte Araújo, profissional do MP, sistematizou o fluxo específico para proteção de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, em situação de exploração sexual comercial, que estavam sendo identificados em Blits realizadas pela GPCA, em áreas de Prostituição no Município. Sistematização que representa a base do Sistema de Garantia de Direitos para esta situação:

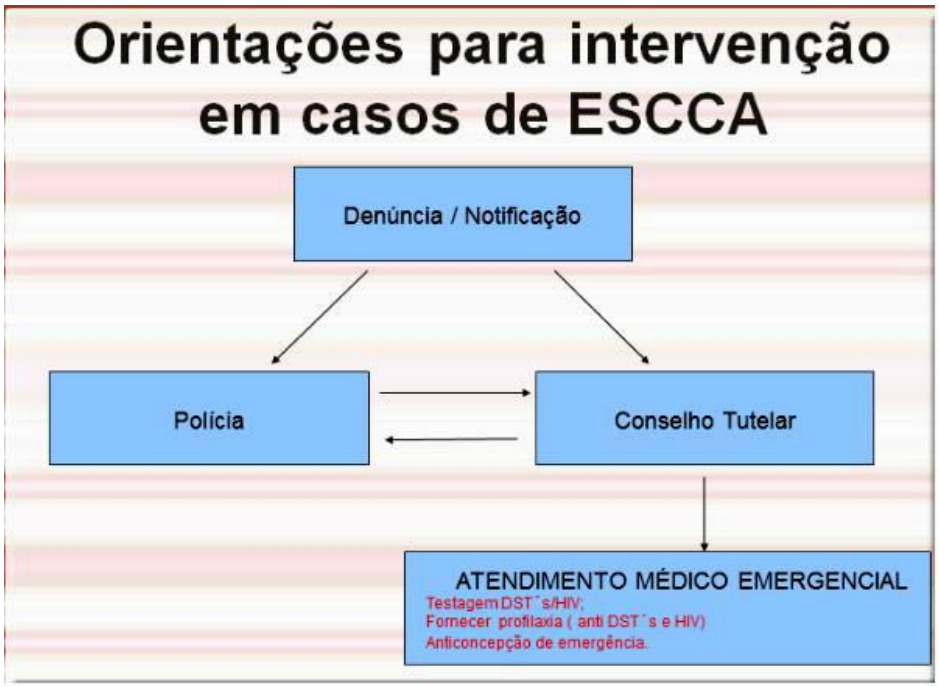


Figura 9 - Slide 01 da Apresentação do MP

Figura 90 - Slide 02 da apresentação do MP

Figura 11 - Slide 03 da apresentação do MP

Nesta organização apresentada é possivel observar o lugar do CERCA dentro do Sistema e suas atribuições. A pluralidade das medidas pelas quais a instituição é responsável evidencia o quanto a relação com uma diversidade de instituições e profissionais é importante.

As ações integradas entre os diversos atores que compõem este fluxo, além de outros parceiros (como instituições que oferecem capacitação e profissionalização de adolescentes, a exemplo do Serviço Social da Indústria – SESI) podem de fato beneficiar a vida das pessoas para quem este Sistema trabalha. Mas o cotidiano apresenta grandes problemas, como revela a advogada Ariane Vasconcelos do CENDHEC:

> [...] é um trabalho que para ser bem desenvolvido deve ser em equipe, e quando eu digo equipe, digo a rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos. Eu faço a minha parte, espero que este Sistema funcione. Por ser um sistema, se um órgão falha, compromete toda a cadeia, todo o sistema. Ainda tem muito para que este Sistema possa funcionar e garantir realmente seu propósito, que é resguardar a vítima. (Informação verbal) [27]

[27] Informação fornecida pela advogada do CENDHEC, Ariane Vasconcelos, em entrevista no CERCA, dia 15 de julho de 2011.

Esta percepção se coaduna com o que é identificado pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal:

> [...] este sistema na prática, não está integralmente institucionalizado e vem trabalhando de forma desarticulada, com problemas na qualificação de seus operadores e isto causa prejuízo na implementação de políticas públicas que garantam os direitos assegurados pela legislação em vigor.[28]

Um ideal de sistema, que funcione perfeitamente como um relógio e suas engrenagens, parece estar presente nos anseios dos atores que compõem o chamado Sistema de Garantia de Direitos, tal com é perceptível nestas posições acima mencionadas. Contudo, as relações cotidianas mostram o quanto a multiplicidade de elementos que interagem neste Sistema contribui para o surgimento de uma pluralidade de conjunturas, situações tanto de ordenação, como de desordem, que caracterizam um sistema aberto, vivo e suscetível a movimentos e mudanças. O que torna a realidade muito mais complexa do que os atores gostariam.

O pesquisador francês Joel de Rosnay, avesso a definições e conceitos reducionistas, defende que uma maneira mais rica para se aproximar de sistemas seja:

> [...] descrevendo, de maneira mais geral possível, as principais características e propriedades dos sistemas, seja qual for o nível de complexidade a que eles pertençam. (ROSNAY, 1995. p. 90)

Além disso, apesar de inúmeras tentativas, é impossível eliminar a complexidade destes sistemas, como as instituições, as cidades, os organismos ou as células. Rosnay apresenta ainda alguns pontos que caracterizam os sistemas complexos em que é possível encontrar paralelos com o que foi observado no contexto do presente estudo (ROSNAY, 1995. p. 92):

[28]Página na internet da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal. Disponível em: http://www.direitoshumanos.gov.br/spdca/sgd. Acesso em 22 de julho de 2011.

- *Um sistema complexo é constituído por uma grande variedade de componentes ou de elementos possuidores de funções especializadas*. O que dizer da variedade de instituições governamentais e da sociedade civil que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. E mesmo a diversidade de profissionais dentro de cada instituição desta, considerando-as enquanto subsistemas;

- *Estes elementos estão organizados em níveis hierárquicos internos*. Hierarquia determinada por uma pluralidade de fatores dependentes das relações internas de cada sistema, como o papel de cada instituição dentro do Sistema de Garantia de Direitos, ou as relações entre os profissionais em cada instituição;

- *Os diferentes níveis e elementos individuais estão ligados entre si por uma grande variedade de ligações. Daqui resulta uma alta densidade de interconexões*. O que podemos observar na variedade das relações interinstitucionais do Sistema de Garantia de Direitos, ou entre os profissionais em cada instituição;

- *As interações entre os elementos de um sistema complexo são de um tipo particular. Diz-se que estas interações são não lineares*. O que gera, por exemplo, a tentativa da assistente social do MP, por exemplo, de reforçar um fluxo para o funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos.

A partir destas considerações, podemos entender que simplificações, quantificações, fórmulas ou esquemas conceituais, têm apenas o efeito de vendar nossos olhos para a rica dinâmica das relações entre as partes de um sistema e todas as possibilidades que delas podem emergir. Portanto, sendo o campo, e o Sistema do qual nos referimos agora, repletos tanto características de desorganização, dissociação e turbulência (como em casos de atritos interinstitucionais em função dos limites e possibilidades de atuação de cada um dentro do Sistema: a exemplo de casos em que conselheiros tutelares encaminham famílias ao CERCA solicitando uma resposta desta equipe sobre a ocorrência ou não de violência, o que é rebatido

pelos profissionais do Centro argumentando que o trabalho de investigação cabe à GPCA), como aspectos de ordenação e rigidez (a exemplo dos acordos legais e manuais sintomatológicos), mas, sobretudo, da concomitância destes pólos (perceptível nas práticas dos atores que são levados a considerar os conhecimentos já produzidos e as particularidades das situações que lhes chegam), não é possível negligenciar que o antagonismo, mas também a complementaridade, da ordem e da desordem, mais do que um empecilho para as análises deste estudo, revelam a mobilidade, a vida, das redes e atores. O que se coaduna com as críticas de Latour (1994) em relação às dicotomias modernas, demonstrando que um trabalho de pesquisa não precisa necessariamente de sínteses do fato sobre o qual se dedica, mas pode muito bem ter um papel esclarecedor dos detalhes e controvérsias que este apresenta.

Outro exemplo que salta do campo, no que diz respeito aos reflexos da ordem-desordem do Sistema, refere-se às dificuldades da gestão pública (comprometimento e competência dos gestores, seus interesses partidários, questões orçamentárias,...) e da formação de seus agentes, como observado em entrevista, pela médica e professora da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Dra. Lourdes Perez. Ela menciona uma atividade realizada, pela UFPE e Prefeitura da Cidade do Recife - PCR, em 2009, com conselheiros tutelares, em que os próprios conselheiros apontaram o uso do cargo como trampolim político (visibilidade para eleições para vereador) e a falta de preparo das pessoas para assumirem esta função, como entraves para o bom funcionamento dos CTs. (Informação verbal) [29]

Problemas de gestão também desencadearam a paralização dos serviços oferecidos pelo CERCA durante pouco mais de um mês (entre maio e junho de 2011), em função da não observação das necessidades infra-estruturais do Centro, apesar dos comunicados e solicitações frequentes dos profissionais da instituição. Vez por outra estes também têm de se cotizar ou esperar doações de colegas para adquirir materiais, como objetos lúdicos de atendimento psicológico (jogos, brinquedos, massa de modelar,...). Após a reforma, motivada pela paralização referida, esta dinâmica se repetiu, pois alguns brinquedos foram danificados e desapareceram enquanto as calhas eram consertadas e paredes eram refeitas, e as licitações, solicitadas antes mesmo da reforma, perderam-se no horizonte.

[29] Informação fornecida pela médica e professora da graduação em medicina da UFPE, Dra. Lourdes Perez, em entrevista no CERCA, dia 26 de julho de 2011.

Mesmo assim, e sobretudo, pelo investimento muito particular dos técnicos em seu trabalho (toda a equipe técnica possui formação especializada e estão em permanente aperfeiçoamento por meio de cursos e grupos de estudo), o CERCA continua sendo uma referência municipal, e até nacional, no atendimento de crianças e adolescente vítimas de violência (com profissionais prestando, inclusive, consultorias ao Governo Federal). Evidenciando que é mesmo na construção de um trabalho, na superação de dificuldades, que se revelam as potencialidades do mesmo sistema.

Os posicionamentos, tanto da advogada quanto da médica acima citados são pertinentes para esta pesquisa pela presença destas profissionais no Sistema da Garantia de Direitos e no CERCA, refletindo a busca pela integração de ações cara a este Sistema. O que não implica, controversamente, na diversidade de compreensões sobre o fenômeno abordado, revelando o quanto também deve ser considerado o que este Sistema comporta de expansão, fragmentação e diferença.

2.2 OS LIMITES DA LEI

A parceria com o CENDHEC mostra o quanto as produções institucionais podem se favorecer de relações afetivas. Pois não há nenhum documento formal de garantia para a realização do trabalho conjunto, no qual os advogados do Centro Dom Helder se responsabilizam pela orientação e suporte jurídicos às familias atendidas no CERCA. Mas este trabalho vem se desenvolvendo desde a fundação do Centro de Referência e foi facilitado pelo fato de, na época, o coordenador deste ser esposo da coordenadora daquele. Os frutos deste casamento dizem não só dos três filhos do Psicólogo Marcelo Teles e da Assistente Social Valéria Nepomuceno, mas também de um trabalho que vem se aperfeiçoando mesmo o CERCA não tendo mais Marcelo em seu quadro de servidores nem Valéria atuando na coordenação da ONG citada. Uma vez por mês profissionais do CENDHEC e do CERCA se reúnem para debater os casos das famílias que atendem em comum. Discussões sobre a variação do desejo familiar pela responsabilização do suposto agressor, e a repercussão disto

na vida das crianças e adolescentes atendidos, sobre a postura dos profissionais do poder judiciário na busca pela verdade dos fatos, sobre o respeito à fala da criança enquanto sujeito de direito ou sobre os estereótipos criados socialmente e profissionalmente para as experiências sofridas pelas famílias em questão, são frequentes nestas reuniões.

Algumas ponderações são comuns entre os profissionais destes dois Centros:

> Te dizer um perfil, não, a gente não tem um perfil não. Qualquer criança e adolescente está sujeito a sofrer violência sexual. (Informação verbal) [30]

Assim ressalta a advogada Ariane sobre possíveis perfis de crianças e adolescentes violentados, contrapondo-se a categorizações por classe social, cor da pele, ou outros indicadores. Pois entende-se que estigmatizar e focar o trabalho em perfis criados estatisticamente pode vulnerabilizar as pessoas que não estejam englobadas pela "curva normal". Tipo de dinâmica que retardou trabalhos preventivos para idosos contra a infecção por hiv, por exemplo.

Outra preocupação da advogada refere-se à observação de que:

> No entendimento jurídico a fala da criança é primordial, mas nem sempre este entendimento é respeitado. (Informação verbal) [31]

Questão que vem levantando alguns embates em torno do que se chama Depoimento Sem Dano:

> Método de ouvida da criança/adolescente em um espaço próprio, protegido e especialmente projetado para o delicado momento do depoimento infanto-juvenil. O trabalho dos profissionais envolvidos (a Polícia, o Ministério Público, a Defensoria

[30] Informação fornecida pela advogada do CENDHEC, Ariane Vasconcelos, em entrevista no CERCA, dia 15 de julho de 2011.

[31] Idem.

> Pública, o Poder Judiciário e com um serviço técnico especializado – psicólogos, pedagogos e assistentes sociais) é esclarecer se fatos investigados pela justiça ocorreram ou não, no que eles se constituem, se são ou não reprováveis ao olhar da lei, bem como quem os praticou.[32]

As controvérsias surgem em torno do papel deste serviço técnico especializado em inquirir (seria uma atribuição do psicólogo, pedagogo ou do assistente social?), além disso, em que medida o direito à fala da criança e do adolescente não se reverte em dever à fala, em função do tempo do processo judicial? Questões como estas dividem juízes, psicólogos e demais profissionais que lidam com esta realidade. A médica legista Carmelita Maia, Coordenadora do Núcleo de Prevenção a Acidentes e Violência da Secretaria de Saúde de Recife, por exemplo, defende não só este método de inquirição como também a atuação fundamental do psicólogo neste processo em propiciar a fala da criança e do adolescente. Em conversa com o psicólogo João Villacorta e a Diretora Executiva da Secretaria de Assistência Social do Recife, Joenilda Feitosa, Carmelita apresentou sua opinião e se defrontou com uma posição contrária do referido psicólogo, quando este defendeu que a escuta da psicologia está orientada pelas demandas e desejos da criança e do adolescente e não pelas necessidades do processo judicial. Além disso, afirmou que para os "profissionais da escuta" lapsos, erros, esquecimentos, sonhos, pausas, silêncios e contradições não são entendidos como sendo opostos à verdade, diferenciando assim a "verdade dos fatos" da "realidade psíquica" do sujeito em questão.

Os argumentos do psicólogo dizem não só de sua prática, mas também do posicionamento do Conselho Federal de Psicologia que questiona o resguardo do sigilo profissional e diferencia os focos de atuação do processo psicossocial e psicoterápico do procedimento jurídico.

É possível encontrar no âmbito destas normatizações jurídicas o tempo da infância (12 anos incompletos), suas características (sujeito de direito), os fatores que podem implicar nocivamente neste momento da vida (negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão), o lugar das pessoas (vítima ou agressor) segundo suas experiências;

[32]Página na internet do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/depoimentosem_dano.pdf. Acesso em 20 de agosto de 2011.

basta atentar para o que está previsto nos artigos do ECA[33], por exemplo. O que não significa dizer que haja apenas inércia nestas concepções, pois, mesmo sendo as mudanças nas experiências humanas mais velozes que as leis, estas não deixam de atender também ao que a advogada Ariane chama de "apelo da sociedade e dos operadores jurídicos" (Informação verbal) [34], citando o caso das modificações na Lei de Crimes Sexuais, em agosto de 2009 (que muda tipificações penais e amplia as penas para estes crimes). Além disso, é possível notar o quanto estas leis são vulneráveis às perspectivas particulares dos juízes.

Este jogo entre mobilidade e estagnação se encontra em diversos campos de saber. Características que apontam para a consideração de fatores sociais e subjetivos na produção do conhecimento, como também é possível perceber na relação com os médicos que se entrelaçam, por meio de suas práticas, com o trabalho desenvolvido no CERCA.

2.3. OS LIMITES DO ORGANISMO

No diálogo com os operadores da medicina, sejam estes em formação (por meio das CPSSs realizadas periodicamente com alunos do 5º período de medicina da UFPE, por exemplo), ou profissionais, com os quais se constrói uma relação de trabalho por meio de encaminhamentos mútuos, é possível observar que não há uma representação comum do fato em que estão embuídos em "tratar". Ao mesmo tempo que a Dra. Lourdes Perez, Coordenadora do Módulo de Saúde da Criança e do Adolescente do Curso de Medicina da UFPE de 2003 à 2010 (encaminhando seus alunos para aulas periódicas com os profissionais do CERCA), afirma que:

[33] Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 23 de agosto de 2011.

[34] Informação fornecida pela advogada do CENDHEC, Ariane Vasconcelos, em entrevista no CERCA, dia 15 de julho de 2011.

> [...] a violência é um problema de saúde dos mais sérios que a gente tem, no mundo todo. (Informação verbal) [35]

E que:

> A repercussão da violência sexual é bem catastrófica para o desenvolvimento da criança. (Informação verbal) [36]

Nota também que muitos de seus colegas de profissão, com relação ao seu ofício:

> [...] acham que isso é uma coisa que não tem nada a ver. (Informação verbal) [37]

Falta de consenso que envolve epistemologicamente o campo e o objeto da medicina, o humano enquanto organismo (conjunto de sistemas de órgãos que constituem um ser vivo), além da dificuldade em localizar e se apropriar de questões ambientais, ainda mais, sociais e culturais, que interfiram no funcionamento do mesmo. O que pode ser revelado também pela dificuldade em estabelecer o espaço da infância no desenvolvimento humano, como revela a Dra. Lourdes:

> [...] em 89 saiu o PROSAD – Programa de Saúde do Adolescente – que considerava esta faixa [criança até 10 anos e adolescente dos 10 aos 20]; aí em 90 sai o ECA, com outra concepção. (Informação verbal) [38]

Tentar solucionar esta controvérsia justificando as diferenças entre os campos, jurídico e médico, já que o PROSAD possui como norte as determinações da OMS – Organização Mundial de Saúde, só revela mais diferenças. Pois a Convenção sobre os Direitos da Criança

[35] Informação fornecida pela médica e professora da graduação em medicina da UFPE, Dra. Lourdes Perez, em entrevista no CERCA, dia 26 de julho de 2011.

[36] Idem.

[37] Idem.

[38] Idem.

adotada pela Assembléia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989, um ano antes do estabelecimento do ECA, defende que criança é todo o ser humano menor de 18 anos[39].

E se enquanto as normas regulamentadoras das práticas dos profissionais apresentam suas divergências, ao observar as práticas médicas, a realidade fica ainda mais nuances. Como é possível observar no que diz ainda a Dra.:

> Esse limite de idade não é uma coisa tão rigorosa [...] você pode pegar uma menina de 9 anos já bem adolescente e pegar uma menina de 14 que está muito mais infantil. (Informação verbal) [40]

Deve-se, portanto, considerar os muitos fatores que estão implicados:

> [...] desde a maturação fisiológica e sexual (puberdade), mas também a maturação emocional (psicológica), como determinantes para a diferenciação entre crianças e adolescentes. (Informação verbal) [41]

Isso porque a médica não observou as questões históricas e culturais que também estão associadas a estas diferenças, tal como defende a Antropologia da Criança (assunto debatido no próximo capítulo).

Esta experiência médica indica, então, que só na relação com as pessoas é que podemos construir algo sobre elas, ou seja, com elas. E nem mesmo os suportes técnicos e materiais são suficientes para garantir a "verdade" para os fatos construídos a partir de uma

[39]Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em 22 de julho de 2011.

[40] Informação fornecida pela médica e professora da graduação em medicina da UFPE, Dra. Lourdes Perez, em entrevista no CERCA, dia 26 de julho de 2011.

[41] Idem.

experiência localizada como violência. Quem afirma isso é a Dra. Carmelita em entrevista concedida ao JC Online[42]:

> [...] com o advento da coposcopia, da filmagem, da fotografia, a gente avançou muito em identificar este tipo de lesão, de lesões sexuais. Também os exames laboratoriais têm colaborado com isso, com as doenças sexualmente transmissíveis. Mas mesmo assim, num estudo que foi feito por mim em 2005, a gente observou que somente em 15% nós tínhamos positividade dos laudos do IML [Instituto Médico Legal], e isso é muito baixo, né? Uma expectativa muito ruim porque 85% ficam sem a prova material, e não quer dizer que a violência não aconteceu. [43]

Eis uma das dificuldades para utilizar a comprovação física, já que a maioria dos atos libidinosos, violência sexual, não deixa vestígios. O que ressalta a importância da escuta e da relação com as crianças e adolescente atendidos. Escuta e relação que abrem as caixas-pretas para seu passado de construção, e trazem a consequência disto, como adverte o antropólogo francês Bruno Latour:

> Incerteza, trabalho, decisões, concorrência, controvérsias, é isso o que vemos quando fazemos um *flashback* das caixas-pretas certinhas, frias, indubitáveis para o seu passado recente. (LATOUR, 2000. p. 16)

[42] Página na internet do Jornal do Comércio. Disponível em: http://ne10.uol.com.br/. Acesso em 27 de julho de 2011.

[43]Arquivo eletrônico de vídeos do Jornal do comércio. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_jyVr4RQTOI (jconlinevideos). Acesso em 27 de julho de 2011.

2.4. AS DUAS FACES DE JANO

O que também chama a atenção ao nos aproximarmos destas controvérsias, entre conhecimento produzido, estático, e o conhecimento em permanente produção, tanto na relação entre disciplinas como no interior de cada uma (Psicologia, Assistência Social, Direito e Medicina), sobretudo quando confrontadas com as práticas dos profissionais, são características peculiares que são passíveis de serem confrontadas com o que já foi observado por Latour (2000) em suas pesquisas. Características diferentes, mas inseparáveis, tal como a imagem da divindade romana Jano (cuja imagem apresenta duas cabeças apontadas em direções opostas). Do confronto contextualizado com esta pesquisa se poderia obter as seguintes direções:

CONHECIMENTO ESTABELECIDO	CONHECIMENHO EM PRODUÇÃO
Característica observada: Fatos acatados sem discussão. **Ocorrência no campo:** A Dra. Lourdes Perez afirma que há uma repercussão catastrófica da violência na vida das crianças e adolescente.	**Característica observada:** Discussão sobre relevância dos fatos. **Ocorrência no campo:** A psicóloga Cristiane Rocha questiona se todo episódio de violência tem sempre o mesmo impacto na vida das crianças e adolescentes.

Característica observada: Ações pautadas por fatos eficientes. **Ocorrência no campo:** Dra. Carmelita Maia informa que exames, laudos e pareceres são cada vez mais apurados para a elucidação do episódio sofrido pela criança ou adolescente.	**Característica observada:** Decisões sobre eficiência. **Ocorrência no campo:** Dra Carmelita Maia pesquisa sobre a eficiência das provas materiais para elucidar a experiência vivida pela criança ou adolescente.
Característica observada: Quando os resultados esperados forem alcançados todos se convencerão. **Ocorrência no campo:** os resultados das ações do Sistema de Garantia de Direitos permitem novos investimentos públicos e privados nas instituições do mesmo.	**Característica observada:** Os resultados esperados só serão alcançados quando as pessoas interessadas estiverem convencidas. **Ocorrência no campo:** a advogada Ariane Vasconcelos sugere que o bom funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos assegurará a proteção de crianças e adolescentes.

Característica observada: O que é verdade sempre se sustenta. **Ocorrência no campo:** os operadores do Depoimento Sem Dano garantem acesso às verdades dos fatos pelo inquérito de crianças e adolescentes.	**Característica observada:** Quando as coisas se sustentam, elas começam a se transformar em verdade. **Ocorrência no campo:** a psicóloga Cristiane Rocha não foca sua escuta no episódio da violência, permitindo a criança e ao adolescente elaborarem de maneira livre suas experiências.
Característica observada: Os fatos não se dobram a um monte de opiniões. **Ocorrência no campo:** em muitas decisões judiciais as falas das crianças e adolescentes, além de seus responsáveis, são menos relevantes que o resultado de exames, laudos e pareceres.	**Característica observada:** Como ser mais forte que um monte de opiniões? **Ocorrência no campo:** agentes da GPCA se perguntam - como superar as contradições da fala das crianças e adolescentes, além de seus responsáveis, na elucidação do fato?

Característica observada: A Natureza é a causa que permitiu a resolução de controvérsias. **Ocorrência no campo:** Dra. Lourdes Peres afirma que a maturação fisiológica, sexual e emocional é determinante para a diferenciação entre crianças e adolescentes.	**Característica observada:** A Natureza será consequência da resolução. **Ocorrência no campo:** a Antropologia mostra o quanto as contingências e consensos históricos e culturais também interferem na diferenciação entre crianças e adolescentes.
Característica observada: A sociedade é a causa da resolução de controvérsias. **Ocorrência no campo:** o laço social permite a construção de verdades sobre os fatos. Por exemplo, a Assistência Social, a Psicologia e a Ciência Jurídica constroem junto o conceito de Sujeito de Direitos.	**Característica observada:** Um estado estável da Sociedade será consequência das resoluções das controvérsias. **Ocorrência no campo:** o laço social é possível a partir de verdades comuns sobre os fatos. Por exemplo, o conceito de Sujeito de Direitos permite a comunicação entre saberes diferentes como a Assistência Social, a Psicologia e a Ciência Jurídica.

Diante desta configuração, no qual as aproximações e afastamentos do conhecimento instituído com o que está em formulação se dá com frequência no cotidiano dos profissionais que entrecruzam suas experiências e produções no CERCA, fica evidente que há algo nesta rede que impede as caixas-pretas de se fecharem, como seria mais cômodo para estes profissionais. Uma presença que exige reformulações e questionamentos, apresentando-se como alteridade para os saberes encontrados no campo desta pesquisa. A criança, enquanto sujeito-objeto deste estudo, implode referências e regularidades importantes para a sistematização do conhecimento. E sua atividade, que sempre exigiu esforços de contenção e silenciamento teóricos, políticos, sociais, culturais, transparecem aqui em função da consideração de novos paradigmas de compreensão dos fenômenos sociais e de estudos sobre a produção de conhecimento. Então, se as crianças teimam em abrir as caixas-pretas que dizem respeito a elas mesmas, resta nos aproximarmos dos conteúdos que assim elas nos permitem ver.

CAPÍTULO III

Carrego meus primórdios num andor.
Minha voz tem um vício de fontes.
Eu queria avançar para o começo.
Chegar ao criançamento das palavras.
Lá onde elas ainda urinam na perna.
Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.
Quando a criança garatuja o verbo para falar o que não tem.
Pegar no estame do som.
Ser a voz de um lagarto escurecido.
Abrir um descortínio para o arcano.

Manoel de Barros
em *"Livro sobre nada"*

3.1. UMA ANTROPOLOGIA CRIANÇA

O recorte metodológico "criança vítima de violência sexual", antes uma necessidade para esta pesquisa, mostrou-se desarticulado com o que foi observado em campo, visto que esta criança aparece difusa entre o adolescente nas contradições médicas e legais para encontrar um consenso sobre o tempo da infância, apesar da vigência do ECA como suporte mínimo, nas propostas políticas, ações sociais e espaços de articulação. Na prática se vê uma diferença de abordagem técnica que não diz de uma cronologia determinada, mas da relação com as pessoas atendidas, exceto nas decisões legais ou apego radical de alguns profissionais ao Estatuto.

Esta falta de um sentido último, mais do que uma "armadilha" da redução metodológica da Antropologia (tal como alguns sociólogos apontam), de objeto e de campo, com a intenção de aprofundar as análises, talvez seja a marca do fazer antropológico, sua sensibilidade e possibilidade. Não encontrar sentido não seria a condição para encontrar a diferença e poder se debruçar sobre a alteridade sem fazê-la refém de pressupostos, além de poder conhecê-la em seus próprios termos, valores, sistemas?

É provável que esta posição diante dos fatos represente, para o antropólogo, a chave dos grilhões que encerraram o seu fazer ao longo da história. Chave forjada epistemologicamente nos embates entre os principais paradigmas do conhecimento antropológico, seus campos, objetos e metodologias. Grilhões, por exemplo, do colonialismo e do etnocentrismo, do positivismo e das luzes que fizeram dos seus "povos primitivos" a razão de uma Antropologia (KUPER, 2008). Esta que não sobreviveu tal como boa parte de seu "objeto", via confronto ou incorporação. Mas se os "aborígenes" já não são tão "bons para pensar", para nos conhecermos enquanto os conhecemos (tal como a dialética Hegeliana do Senhor e do Escravo), deve-se reconhecer o permanente esforço dos antropólogos em avaliar e rever seus conceitos, cotejar suas ideias, sobretudo com o campo.

Foi este o esforço que permitiu o trajeto das "sociedades primitivas" para a pesquisa com "grupos periféricos" e destes, para uma "antropologia do centro". Que também possibilitou o conhecimento antropológico acompanhar, não sem algumas dificuldades, os

movimentos das sociedades e culturas cada vez mais desordenadas e repletas de fenômenos "mistos", "híbridos", "complexos", "impuros", "líquidos".

E se hoje encontramos a Antropologia (em sua infância, ao considerarmos outros campos de saber mais antigos e estabilizados) pulsando ao abordar tantos problemas, como violência, economia, ciências e técnicas, além das consagradas questões sobre identidade, religião, etnicidade, é por nestes encontrar sua razão: o Humano e os Humanos em suas diferenças. Trabalho para pensadores imbuídos de, como identificou Merleau-Ponty:

> [...] uma maneira de pensar, aquela que se impõe quando o objeto é outro, e exige que nós nos transformemos. (MERLEAU-PONTY, 1960. pp 129)

Um "outro" só encontrado através da diferença, do estranhamento. "Outro" que atua na configuração dos grupos em que está inserido, nas relações que estabelece com suas crenças, seus valores, sua cultura, sempre em formação e mudança.

Modo de pensar ou sensibilidade, como diria o professor Antônio Motta em aula, que traz ao escopo dos estudos antropológicos "outros" anteriormente tratados como irrelevantes, seja por supostamente não dizerem nada sobre "nós", ou serem demasiadamente "nós", a exemplo da criança.

3.2. UMA CRIANÇA NA ANTROPOLOGIA

Em artigo publicado pela American Anthropologist em 2002, o professor do Departamento de Antropologia e Psicologia da Universidade de Michigan, Lawrence Hirschfeld levanta alguns motivos para dar conta de sua pergunta: "Por que os antropólogos não gostam de crianças?". Questão pertinente ao considerar que a vida social e cultural das crianças teve uma participação quase irrelevante na construção do saber antropológico ao

longo dos primeiros 100 anos de existência da Antropologia como saber científico (NUNES, 2003).

Mesmo havendo uma quantidade de trabalhos importantes sobre a relação entre cultura, crianças e infância, estes não conseguiram constituir uma tradição de pesquisas orientadas nem na periferia, nem no coração da disciplina. Pesquisas consideradas legítimas, mas, de modo geral, passíveis de serem negligenciadas.

Refletindo sobre esta questão Hirschfeld aponta:

- As comparações perigosas entre o pensamento das crianças e dos "povos primitivos", que animaram o início da etnologia (Lévy-Bruhl (1979), em "How natives think", por exemplo);

- As crianças foram associadas às esferas de influência das mulheres – o ambiente doméstico. Submissas a mesma exclusão sistemática do olhar da Antropologia para suas mães;

- A imagem das crianças mais comumente evocada pelos antropólogos é, enquanto potencialmente adultos, desprovida de competências culturais, simples aprendizes da sociedade dos adultos – via socialização.

Há de fato um percurso para que estes pontos de vista pudessem ser suplantados pelo entendimento contemporâneo da criança como um "outro":

> [...] ativo na definição de sua própria condição e no estabelecimento e efetivação de algumas relações sociais dentre aquelas que o sistema lhe abre e possibilita (CHON, 2005).

Percurso que remonta à literatura antropológica que surge nos finais do século XIX, por meio de autores impregnados de uma perspectiva evolucionista, tais como Spencer em

"Sinthetic Philosofy" de 1882, ou Tylor em "Primitive culture: researches into development of mytology, philosofy, religion, language, art and custom" de 1887. Neste momento a Antropologia está se esforçando para se enquadrar às exigências de cientificidade da época, assim, não destoa da dicotomia hegemônica, distinguindo o pensamento "primitivo" do pensamento "racional", de modo a por em paralelo a direção do selvagem à vida civilizada com a necessidade da criança em se tornar adulta.

Só com os estudos da Escola de Cultura e Personalidade, notadamente por meio da obra de Margaret Mead, as conjecturas evolucionistas em relação à criança são de fato questionadas. Seus empreendimentos etnográficos vão demonstrar que a experiência das crianças é cultural e só pode ser entendida em contexto. Ou seja, as crianças não nascem samoanas ou balinesas, tornam-se samoanas ou balinesas por meio de um processo, simultaneamente, imerso na cultura e emergindo desta, não dependendo de forma exclusiva das etapas de maturação biológica do indivíduo. Os títulos "Coming age in Samoa" e "Growing up in New Guinea" são emblemáticos neste aspecto.

Ainda sob o prisma do rompimento dos determinismos biológicos, as investigações antropológicas de Meyers Fortes e Jack Goody, presentes no livro "The developmental cycle of domestic groups", indicam a influência das relações que os indivíduos estabelecem, nos diversos grupos em que estão inseridos, no crescimento e nas mudanças que ocorrem ao longo das várias etapas do ciclo de vida dos mesmos. "Os Nuer" de Evans-Pritchard, é outro exemplo de pesquisa que usa como subsídio a coleta de informações sobre as crianças nas sociedades das quais fazem parte. O que também é observado nos estudos pioneiros de Egon Shaden sobre as crianças Guarani, ou em Florestan Fernandes sobre as crianças Tupinambá (NUNES, 2003).

Contudo, tais referências à infância, que enriquecem a compreensão dos contextos observados, são secundárias em relação às reflexões sobre a vida adulta, na qual as crianças são inseridas, de forma passiva, via socialização. Estas hipóteses, quer sejam culturalistas ou funcionalistas, estão marcadas pela concepção durkheimiana da necessidade de integração social do indivíduo, realizada pela educação/socialização, ações exercidas na vida das crianças:

> [...] pelas gerações futuras, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. (DURKHEIM, 1922. p 41).

Com fins de desenvolver:

> [...] estados físicos, intelectuais e morais. (Ibdem. p 41).

Este modelo de pensamento ainda subjaz em pesquisas contemporâneas, tal sua força e ligação com modelos de desenvolvimento hegemônicos presentes também na história da medicina e da psicologia, por exemplo. Porém, novas propostas de compreensão da criança e da infância vêm sendo construídas a partir de pesquisas que questionam exatamente a linearidade e naturalidade dos modelos anteriores. O texto da antropóloga Charlotte Hardman, no Journal of the Anthropological Society of Oxford, intitulado "Can there be an Anthropology of Children?", é uma referência neste sentido, defendendo incisivamente a necessidade de se ultrapassar a visão comum e generalista de que a criança nada mais é do que receptáculo dos ensinamentos que lhe são passados pelos adultos, e cuja expressão e comportamento refletem apenas os condicionamentos determinados pelo seu crescimento biológico, pelo ambiente que a circunda, pelas pessoas responsáveis por sua educação. Hardman vê na criança autonomia e criatividade, e não apenas assimiladores do que os outros querem que ela seja (NUNES, 2003).

Certamente, contestações como estas acabam encontrando ecos em outros campos de saber. É notório, por exemplo, a importância da obra do historiador francês Philippe Airès, "A criança e a vida familiar no Antigo Regime". Neste livro o autor inaugura o campo da História da Infância, defendendo que esta não é nem natural nem universal, mas construída historicamente, aberta a mudanças e variações. Teses como esta e de outros historiadores, tiveram uma grande repercussão, desencadeando debates e críticas ao apresentarem o conceito de infância como um produto da modernidade européia. Debates que trouxeram contribuições importantes para outros domínios de conhecimento.

Não é à toa que a partir do início dos anos de 1980 passaram a ser realizadas reuniões interdisciplinares com o objetivo de discutir a Infância. Em 1982, por exemplo, na London School of Economics, houve um seminário reunindo antropólogos, psicólogos, historiadores e sociólogos, abordando o tema de como as crianças elaboram sentidos e significados e, sobretudo, a partir de que sistemas simbólicos o fazem (NUNES, 2003).

Nas décadas seguintes foram se estabelecendo importantes centros de investigação, como *Centre for the Social Study of Childhood (*Universidade de Hull, Inglaterra), o *Centre for Child-Focused Anthropological Research (*Universidade Brunel, Inglaterra), o *Centro*

de Documentação e Informação sobre a Criança (Universidade do Minho, Portugal), o *Center for Research on Childhood and Adolescence* (Universidade de Bielefeld, Alemanha) ou o *Centro de Estudos sobre a Infância* (Universidade Sta. Úrsula, Brasil). Tais espaços de investigação científica vêm legitimando como de extrema importância as reflexões atuais sobre a infância e a criança, além de possibilitar a emergência do novo paradigma no qual a infância é compreendida como construção social e as crianças, como atores sociais protagonistas ativos de sua socialização.

Assim, não se entende mais socialização apenas em seu sentido clássico durkheimiano no qual a criança é vista como objeto do trabalho social, mas numa perspectiva interacionista que a considera um processo contínuo, embora submetido a crises de ajustes constantes. A criança é então levada a construir sua própria experiência em um "quebra-cabeça" de referências e normas, confrontando com diversos valores e perspectivas opostos, complementares e divergentes, vinculados pelos pais, pela escola, pelos meios de comunicação social, pelas particularidades da sociedade em que vive e por seus pares.

Colin Heywood (2004), historiador da Universidade de Hull, em seu livro "Uma história da infância", elabora uma síntese dos esteios teóricos das pesquisas contemporâneas sobre a infância, a partir do dialogo com os estudos do sociólogo Alan Prout (2002), pensador da infância nas sociedades urbanas contemporâneas. Heywood assim esclarece:

- Já que a infância deve ser compreendida como construção social, os termos "criança" e "infância" são compreendidos de formas distintas em sociedades diferentes.

- A criança é uma variável da análise social a ser analisada em conjunto com outras, como a famosa tríade classe, gênero e etnicidade. Em outras palavras, uma categoria relacionada à idade, como a infância, não pode ser investigada sem que se faça referência a outras formas de diferenciação social que a intersectam.

- As crianças devem ser consideradas como partes ativas na determinação de suas vidas e das vidas daqueles que estão a seu redor.

Evidentemente que esta nova linha de pensamento traz consigo suas dificuldades, como reconhecem seus expoentes. A relação entre as construções sociais e as influências biológicas, o problema em elaborar ideias gerais quando a ênfase dos estudos recai sobre a pluralidade dos construtos e a singularidade das sociedades e das experiências dentro destas, as diferenças sociais que reverberam em posicionamentos éticos, são alguns exemplos de problemas com que se confrontam os pesquisadores desta área, cada vez mais a se delimitar. Para lidar com questões como estas, o sociólogo inglês Alan Prout (2002), preocupado com novas perspectivas para a análise da multiplicidade e complexidade de infâncias, deixa evidente a necessidade de superação de paradigmas que reduzam o fenômeno a uma relação lógica ou interna entre apenas dois termos – adulto e criança, natureza e cultura. Passando destas relações que legitimam um em detrimento do outro, para reconhecer a importância de estudá-las não a partir dos pólos verdadeiro ou falso, com suas respectivas visadas críticas sobre o pólo oposto, e sim simetricamente, entre um e outro.

A Antropologia Simétrica defendida pelo antropólogo Bruno Latour se oferece como uma opção para Prout. Que ainda ressalta o uso da metáfora ‘rede’ permitindo que a infância possa ser vista como uma coleção de ordens sociais diferentes, por vezes competitivas, outras vezes conflituosas (PROUT, 2002), possibilitando a observação de que as construções de múltiplas versões da infância são influenciadas por uma grande variedade de fatores humanos e não-humanos, passando por diversos atores, modificando-se ao mesmo tempo em que produz diferentes efeitos (LATOUR, 1994).

Deste modo, para que os estudos sobre a infância e a criança possam efetivamente se aproximar das realidades que investigam, faz-se necessário para o pesquisador, prestar atenção à interdisciplinaridade, ao hibridismo da realidade social, suas redes e mediações, mobilidade e relações intergeracionais. Caminhos que vêm sendo percorridos por um número crescente de pensadores em pesquisas de campo nas instituições como escolas e abrigos, no interior de grupo familiares, em sociedades como as indígenas não urbanas, considerando registros como desenhos, coletando material áudio-visual; enfim, a análise antropológica que tem a criança como foco é ampla e variada (COHN, 2005). E vem se expandindo. Uma pesquisa nesta área não precisa nem ser feita ao tomar as crianças como sujeitos privilegiados de interlocução, pois considerando a proposta de simetria, um estudo pode ganhar muito ao se debruçar sobre o que os profissionais que lidam com as crianças pensam sobre elas e sobre

suas atividades, assim como sobre o que eles próprios (e elas também) fazem, deixam de fazer ou deveriam fazer no contexto de suas interanimações, como é o caso desta pesquisa.

3.3. UMA CRIANÇA

Gabriel[44] tinha dois anos e meio quando afirmou para sua mãe que seu pai introduzira o dedo em seu ânus. O casal já estava separado, mas tinham acordado por visitas semanais e passeios do pai com o filho, que foram suspensos por decisão da Sra. Germana assim que tomou conhecimento do fato explicitado pela criança. A mãe de Gabriel também procurou a GPCA e formalizou uma denúncia contra o Sr. Everaldo. Lá a criança repetiu sem nenhuma censura o que havia dito para a mãe e acrescentou episódios em que o seu pai lhe ensinava masturbação. Desta Gerência foram encaminhados imediatamente para o IML com o objetivo da realização do exame de corpo de delito. Receberam também a orientação de procurarem o Conselho Tutelar, que, por sua vez, direcionou a família para o CENDHEC. Este último, por não realizar mais os atendimentos psicossociais, encaminhou a Sra. Germana e seu filho para o CERCA. Em todos estes lugares Gabriel é levado por sua mãe, e conta o que seu pai lhe fez. Agora o menino está emaranhado em uma rede específica, mas que não obedece necessariamente um fluxo de encaminhamentos como o que ocorreu neste caso, pois as instituições procuradas e as relações entre elas se dão de maneira muito diversificada, por exemplo: casos em que a GPCA não é acionada, ou ocasiões em que a instituição de entrada nesta rede é o Conselho Tutelar ou o próprio CERCA, casos em que o Conselho não encaminham ao CERCA, mas ao IMIP – Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, e assim por diante.

Mas Gabriel foi levado ao Centro de Referência, e lá foram iniciados os atendimentos psicossociais, que acompanharam toda a angústia da Sra. Germana em juntar provas contra o ex-marido, já que o laudo do IML foi inconclusivo, assim, já não contava com as forças de

[44] Nomes e dados reconfigurados para assegurar o anonimato da família.

um argumento material. Na GPCA, após uma série de depoimentos, a delegada responsável conclui o inquérito afirmando-se convicta da responsabilidade do Sr. Everaldo, oferecendo denúncia ao Ministério Público. Vale ressaltar depoimentos como o da equipe da escola onde o menino estudava, que apesar de ouvir as reclamações da criança, afirmou não poder se "envolver" em questões intrafamiliares, acentuando ainda que a Sra. Germana estaria emocionalmente conturbada, e expondo seu filho a situações vexatórias.

O Sr. Everaldo entra na justiça com pedido de regularização de visitas, e para subsidiar a sua decisão, o juiz da vara de Família solicita o parecer da equipe do CAP – Centro de Apoio Psicossocial, ligado administrativamente ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. Por meio de vários recursos técnicos e realizando uma série de oitivas da família em questão, inclusive da criança, da equipe escolar, dos médicos e demais profissionais envolvidos com o caso, como a equipe do CERCA, a posição do CAP favoreceu a ocorrência das visitas, inicialmente assistidas, e apontou para a possibilidade de "alienação parental" por parte da Sra. Germana.

> O termo Síndrome de Alienação Parental refere-se à situação em que a mãe ou o pai de uma criança a condiciona para romper os laços afetivos com o outro cônjuge, criando fortes sentimentos de ansiedade e temor em relação ao outro genitor. [45]

É interessante observar como esta síndrome vem sendo diagnosticada com crescente frequência nos laudos e pareceres das equipes do judiciário, algo que vem sendo criticado por alguns elos do Sistema de Garantia de Direitos, advogados do CENDHEC, por exemplo, por perceberem que para além dos casos que possam de fato se enquadrar nesta nosografia, há também um movimento de afirmação dos profissionais sobre seu saber, certa alienação profissional sob sua própria criação. Crítica que, na prática, talvez possa se coadunar com a dinâmica que foi analisada no quadro apresentado do capítulo anterior, como peculiar de conhecimentos em formação: Os resultados esperados só serão alcançados quando as pessoas interessadas estiverem convencidas.

[45] Página na internet mantida por pais, mães, familiares e colaboradores, preocupados com a divulgação da Síndrome de Alienação Parental. Disponível em: http://www.alienacaoparental.com.br/. Acesso em 29 de setembro de 2011.

Este parecer do CAP também vinha influenciando a decisão da promotoria do MP pelo arquivamento da denúncia contra o Sr. Everaldo, em função do possível estupro de seu filho, até que a equipe psicossocial do próprio MP apresenta os resultados de suas análises. Também se baseando na escuta dos familiares e instituições envolvidas no caso e na realização de avaliações psicológicas, a posição desta equipe é diretamente oposta ao que foi proposto pelo CAP. Sugere a necessidade de acompanhamento psicológico para as pessoas envolvidas no caso, inclusive o pai do menino, e releva os dados da avaliação psicológica de Gabriel, apontando para a ocorrência do estupro.

Gabriel, envolvido neste jogo de verdades sobre sua vida, em meio ao sofrimento e desespero de sua mãe, e de seu pai, participando de todos os posicionamentos de familiares, professores, delegados, psicólogos, assistentes sociais, advogados, médicos, exames, pareceres, juízes, parece não poder decidir. Diante de suas próprias contradições, medos e angústias, as crianças e adolescentes envolvidos nestas situações parecem estar no meio de um "cabo de guerra" em que os vencedores serão aqueles que possuem um saber mais eficiente.

Ainda bem que, enquanto adultos, falhamos. Mesmo que de modo geral estas falhas sejam colocadas para "debaixo do tapete" como detalhes de menor importância. Pois, afinal de contas, as imagens, os estigmas, os estereótipos, as categorizações, que são nossas estratégias cotidianas das quais nos valemos para organizar e nos relacionarmos com o mundo, com as pessoas, também nos servem como meio de esquivar das aberturas (lacunas) da linguagem na qual estamos imersos. Esquiva que aponta para algo a se esquivar. Linguagem que, apesar de tantos esforços, não alcança, nem contempla a realidade (RINALDI, 1996).

Assim, são exatamente estas aberturas, incongruências, diferenças que Gabriel pode apresentar diante daquilo que propomos para ele, que podem lhe permitir significar a experiência da violência em sua história, responsabilizar-se por sua existência, conferindo-a sua liberdade angustiante de criação de si mesmo em meio a esta rede de saberes e práticas. O que pode livrá-lo da sequela de ficar preso, estagnado, alienado aos conceitos e pré-conceitos, estigmas e verdades últimas que construímos como sociedade, pais e responsáveis, com as tabelas de nossos manuais sobre saúde, desenvolvimento e atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. Mais do que isso, são exatamente estas diferenças que as

crianças nos apresentam quando nos aproximamos delas, que nos movem enquanto produtores de conhecimento. Temos de refazer permanentemente nossos manuais, tabelas, rever leis, propor novas políticas, diante do sorriso, das malcriações, das brincadeiras e fantasias de Gabriel e tantos outros.

O etólogo e neuropsiquatra francês Boris Cyrulnik (2004) ressalta este movimento criativo das crianças, observando que mesmo quando submetidos a situações de sofrimento extremo, os pequenos possuem a capacidade, e são impelidos a esta, de criação e recriação de suas relações e experiências. Contudo, o pesquisador adverte sobre a importância do entorno, da família, dos adultos que convivem com estas crianças, em deixar espaço para a inventividade das mesmas. Espaço muitas vezes reduzido quando responsáveis e profissionais não atentam para as contingências do que estabelecem como verdade para as crianças.

Comportamentos depressivos, isolamento e falta de desejo de brincar e interagir, ansiedade, fobias, agressividade, dificuldade de aprendizagem, transtorno do sono e representação anormal da sexualidade, são apenas alguns dos impactos psicológicos enumerados em nossos livros e que se busca aplacar nas crianças e adolescentes vítimas de violência. E como está sendo apresentado, a sociedade já conta com centros especializados para este serviço. Mas Gabriel não precisa ser o coitadinho que necessita de todas as atenções, não será necessariamente um futuro agressor, nem seguramente terá dificuldades em se relacionar com o sexo oposto, tal como preconiza o conhecimento comum das pessoas que o rodeiam e até alguns profissionais responsáveis por atendê-lo em algumas instituições que agora frequenta em função do ocorrido. Mas para isso Gabriel tem que falar, por ele mesmo (e isso significa também, por tantos outros), reparar nas faltas de quem lhe fala, para achar na sua falta a sua fala. E nós adultos só precisamos perceber que Gabriel fala e age; escutemos as crianças!

Um argumento intrigante que questiona a necessidade de alguma intervenção formal, médica ou psicológica (para o espanto de alguns médicos, psicólogos e outros setores da sociedade), na vida de crianças inscritas sobre os auspícios da violência para que possam lidar com a experiência, é o estudo publicado em 1998, pelo Psychological Bulletin, órgão oficial da American Psychological Association, no qual três psicólogos (B. Rind, P. Tromovitch e R. Bauserman), através de entrevistas a estudantes universitários, debateram que o abuso sexual na infância não necessariamente traria danos graves e duradouros à vida das pessoas. Pesquisa

que causou grande estardalhaço e acusações aos pesquisadores e seus métodos, o que serve para notar, tal como fez o psicanalista Contardo Caligaris (1999), o quanto estas reações apontam para como as posições das pessoas que se propõem a trabalhar com o tema da violência sexual conectam intimamente o que é do campo da patologia com o que pode ser compreendido como dano moral:

> Os censores se indignam porque [...] receiam que, se o abuso sexual não for danoso, será difícil provar que é errado. (CALLIGARIS, 1999. p. 81)

Esta separação, entre o que é moralmente reprovável do que é nocivo ou patógeno, questiona campos de saber que desde o século XVIII servem ao controle social (a medicina, sobretudo a psiquiatria, a pedagogia e a justiça penal) objetivando organizar a sexualidade, normatizando da infância à velhice, apontando seus possíveis desvios e consequências (BRADÃO, 2008).

Controle, organização e normatização que, tal como aparece recorrentemente no campo desta pesquisa (CERCA e o emaranhado de práticas e relações que compõe e de que é composto), não resistem ilesos ao cotidiano, ao que há de ordinário[46] na atuação dos profissionais em relação aos seus saberes, e nas crianças e adolescentes em relação ao que lhes propõem os adultos.

[46] Este ordinário a que o historiador francês Michel De Certeau se refere em sua obra "A invenção do cotidiano I", que diz da subversão cotidiana de discursos hegemônicos nas práticas e relações do dia-a-dia.

CAPÍTULO IV

Antes a gente falava: faz de conta que
este sapo é pedra.
E o sapo eras.
Faz de conta que o menino é um tatu.
E o menino eras um tatu.
A gente agora parou de fazer comunhão de
pessoas com bicho, de entes com coisas.
A gente hoje faz imagens.
Tipo assim:
Encostado na Porta da Tarde estava um
caramujo.
Estavas um caramujo – disse o menino.
Porque a Tarde é oca e não pode ter porta.
A porta eras.
Então é tudo faz de conta como antes?

Manoel de Barros
em *"O fazedor de amanhecer"*

4.1. ORDINÁRIOS

Considerando a participação e a troca de experiências de uma profissional do CERCA em consultorias nacionais para serviços de mesma natureza (Inês viaja frequentemente pelo país em ações do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro – PAIR Nacional), além da integração das assistentes sociais em espaços de interlocução interinstitucionais (Rede de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Estado de Pernambuco, por exemplo) é possível observar um cenário em que, segundo Inês:

> Os profissionais ainda não sabem ao certo de suas atribuições, seus papéis, e acabam perdidos, com intervenções desqualificadas. (Informação verbal) [47]

E quando tais profissionais têm acesso a informação, passando a construir um conhecimento sobre seu trabalho, o que se vê, ainda segundo a educadora social do CERCA, é:

> [...] pouca reflexão sobre suas próprias práticas. (Informação verbal) [48]

O que costuma contribuir para um crescente movimento em que sinais e sintomas são simplesmente relacionados e usados para a identificação de crianças e adolescentes vítimas de violência, sobretudo sexual. O que vem resultando na exclusão da subjetividade das pessoas, sejam elas localizadas como vítimas ou agressores, correndo o risco de, fixados nesses lugares, acabarem somente como objetos de observação e aplicação de leis e teorias. Direção que muitos profissionais tomam ao ter de lidar com uma situação de falta de referências para sua atuação, agarrando-se nos primeiros fatos com que têm contato, passam a não se responsabilizar por suas intervenções, agindo pelo "bem" e pela "proteção" da criança e do adolescente, não decidindo sobre a conduta do caso de acordo com a singularidade de cada um, mas em resposta aos dados estatísticos, listas de indicadores e fatores de risco.

[47] Informação fornecida pela educadora social Inês Dias em conversa no CERCA, dia 16 de setembro de 2011.

[48] Idem.

No mesmo contexto, e concomitantemente, as práticas cotidianas dos profissionais observados nesta pesquisa, sejam do mesmo campo de saber ou de áreas diferentes, mostram que as respostas em relação aos mesmos sinais, listas, indicadores, métodos e pressupostos teóricos não são uniformes. O que poderíamos chamar de "práticas profissionais ordinárias", fazendo-nos considerar o que De Certeau defende em relação a "maneiras de fazer", que aqui constituem as infinidades de práticas com as quais os profissionais se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural, mais precisamente, científica e legal (DE CERTEAU, 2008).

Assim, nota-se um permanente movimento entre o que há de estabilização do que se constrói sobre o fato e o quanto este é minado pela abertura de suas "caixas pretas", por vezes intencionalmente (como esta pesquisa), mas em boa parte das vezes, de maneira aleatória, a partir do contato com a permanente lacuna presente na relação do conhecimento com a realidade. Contato possível também pela atuação das crianças e adolescentes presentes neste contexto, apresentando-se escorregadias as tentativas de objetificação, abrindo as frestas das possíveis cristalizações teóricas e práticas pelo simples fato de se relacionarem com os adultos. Pois estes últimos não podem evitar que as crianças e adolescentes sejam confrontadas com os efeitos da sua própria atividade e das questões que o mundo coloca; podem oferecer palavras que dêem sentido aos acontecimentos da vida, mas não poderão controlar o uso que as crianças e os adolescentes farão disso na construção de seus mundos. Percepção que se coaduna com as reflexões da antropóloga Clarice Cohn sobre a autonomia das crianças:

> [...] ao contrário de seres incompletos, treinando para a vida adulta, encenando papéis sociais enquanto são socializados ou adquirindo competências e formando sua personalidade social, [a criança] passa a ter um papel ativo na definição de sua própria condição. (COHN, 2005. p. 21)

Contudo:

> Essa autonomia deve ser reconhecida, mas também relativizada [...] Os sentidos que elaboram partem de um sistema simbólico compartilhado com os adultos. Negá-lo seria ir de um extremo ao outro. (Ibdem. p. 35)

Desta forma, a interanimação entre o que é da criança e o que é do adulto, torna estes mundos comunicáveis, fragilizando a dicotomia moderna e permitindo observar como profissionais, crianças e adolescentes, ordinários, compõem um contexto repleto de nós, emaranhados, sujeitos-objetos produzindo-se por meio de relações plurais, cotidianas, que só passaram a oferecer detalhes, diferenças e controvérsias a partir do exercício antropológico que funcionou como bússola para o percurso deste estudo.

4.2. ESTRANHOS

> Mas que estranho grupo [...] Composto por pessoas que convivem conosco. (BRANQUINHO, 2007. p. 10)

Esta assertiva da pesquisadora e professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Fátima Branquinho, em seu livro "O poder das ervas na sabedoria popular e no saber científico", ressalta uma postura diante de um contexto com o qual já tinha familiaridade, mas que mesmo assim pode notar diferenças e detalhar os fatores que subjaziam às falhas presentes em um projeto de educação popular que coordenava. Estranhamento que revela ser possível por sua proximidade com uma reflexão antropológica, uma disposição em questionar a realidade que, cada vez mais complexa, exige do pesquisador um distanciamento, inclusive de seu próprio contexto:

> [...] pareceu-me a única possibilidade para aprimorar minha compreensão sobre se haveria realmente e como se expressaria a relação entre sabedoria popular e o saber científico. (Ibdem. p. 12)

Assim a autora atenta para as controvérsias do que se espera como resultado de relações e práticas, não se resignando com as mesmas, metodologicamente falando, não camuflando, e mais do que isso, evidenciando-as como motrizes para o trabalho, fazendo-as o instrumento de reflexão e não algo a ser afastado dos seus estudos.

Esta disposição inspirou a presente pesquisa e, como a professora Branquinho também defende, as construções de Latour foram importantes para poder me aproximar das

controvérsias presentes em meu campo. Primeiramente evitando buscar uma "moldura" de imediato, uma teoria, um argumento, uma perspectiva geral, um conceito, algo que atribuísse sentido aos dados. Pois:

> A moldura torna um quadro mais bonito, ela pode ajudar a melhor dirigir o olhar, aumentar seu valor, mas ela não acrescenta nada à pintura. (LATOUR, 2004)

Desta forma busquei deixar o campo trazer suas nuances. Os depoimentos presentes nesta pesquisa são, portanto, dos atores que, em suas práticas e relações, sobressaem-se como significativos para a rede da qual fazem parte; suas falas ressoam na fala dos outros componentes, no que diz respeito ao fato analisado nesta pesquisa (fato que não resiste necessariamente como algo fechado como pudemos perceber). O que não significa que outros atores não façam parte do fluxo de práticas, relações e ideias presente no campo. Contudo, não apresentaram referências novas às que foram mencionadas pelas pessoas aqui citadas, chegando até a indicar estas últimas.

Foi também este fluxo entre os atores e seus saberes, sobressaindo-se como foco deste trabalho, que motivou a busca de traduzir um pouco este movimento na escrita. O que procurei fazer ao não montar uma estrutura de capítulos estanques que separassem o que ocorre no campo, das interlocuções teóricas e metodológicas. Assim também pude fazer uso de diversos recursos metodológicos, extrapolando a observação participante combinada com entrevistas abertas. A estas foi também adicionado um estudo de caso que, da mesma forma, teve como eixo articulador a Teoria Ator-Rede proposta por Latour:

> A TAR é, antes de tudo, um argumento negativo. Ela não diz nada de positivo sobre seja lá o que for. [...] Ela é uma teoria, e penso que uma teoria forte, mas sobre como estudar as coisas, ou antes, sobre como não estudá-las. Ou ainda, sobre como permitir que os atores tenham algum espaço para se expressarem. (Ibdem)

E algo fundamental para observação dos atores é que:

> Estar conectado, estar interconectado, ser heterogêneo, não é o suficiente. Tudo depende do tipo de ação que está fluindo de uma coisa para outra. [...] É certamente

> o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças que devem ser enfatizados. (Ibdem)

E se tem algo que me chama a atenção a partir deste modo de aproximação, é o movimento entre o conhecimento constituído, o uso de *a prioris*, na relação de alguns profissionais com outros profissionais e com as pessoas atendidas, e o quanto até na prática destes é possível notar uma particularização destes *a prioris* em suas práticas específicas. Por exemplo, a posição da professora e médica da UFPE, Dra. Lourdes Perez, em delimitar a infância, ressaltando o aspecto fisiológico e ao mesmo tempo buscando um convívio desta perspectiva com suas práticas cotidianas, como foi observado no capítulo II.

Este aspecto lembra a advertência da professora Branquinho sobre "símbolos complexos" que escapam a pretensão da formulação e utilização conceitual para:

> [...] sintetizar um aspecto da realidade e traduzir de modo racional tensões peculiares a determinado espaço, tempo e condição humana. (BRANQUINHO, 2007. p. 21)

Assim, a "criança" parece ser um destes símbolos que apresentam tensões insolúveis entre o código moderno da universalidade e os diversos códigos presentes em diferentes contextos e até mesmo dentro de um mesmo contexto.

E é mesmo neste trabalho de apreensão da realidade (interminável tal como se persegue o horizonte), que podemos perceber uma via de mão dupla entre conceitos e contextos. Produzindo-se reciprocamente como podemos ver no CERCA: Se este existe em função de alguns acordos conceituais sobre a criança, a violência e o tratamento, percebemos que, estes estão em pleno movimento. Movimento que transforma a instituição, seu trabalho, as práticas profissionais, que por sua vez interfere nas posições e acordos produtores dos conceitos. Ou seja, mais do que considerar o que observa De Certeau quando afirma:

> [...] a relação (sempre social) determina seus termos. E não o inverso. (DE CERTEAU, 2008. p. 38)

Parece importante reparar para uma reversibilidade possível por também nos relacionarmos com os "termos" que produzimos, considerando-os como agentes desta relação. Sendo, como já mencionado, sujeitos-objetos.

É relevante ponderar que estas questões já estão presentes no desenvolvimento do conhecimento antropológico há algum tempo. Basta abrir o livro "Antropologia Estrutural", por exemplo, para encontrar nas formulações de Lévi-Strauss sobre o estruturalismo, a distância entre a produção de conhecimento e a realidade a que este se refere (a estrutura enquanto modelo do empírico, e não o empírico), a implicação na vida dos homens de suas próprias produções (creio que o mito representa isto bem), ou ainda a infinidade de relações possíveis dentro de sistemas, gerando uma multiplicidade de configurações (LÉVI-STRAUSS, 2008). Ressalto assim o quanto as discussões contemporâneas como as de Latour, tal como nas suas considerações já mencionadas, também fazem parte de circulações, oscilações e de várias interlocuções.

4.3. EXERCÍCIO

Observo agora que segui com esta pesquisa o fluxo do campo do qual já fazia parte mesmo antes de ingressar no mestrado. Fazendo parte do jogo em que, tal como as crianças, adolescentes e colegas observados, embora tenha como material um arcabouço de conhecimentos e relações estabelecidas, e esteja enquadrado em modos de atuar prescritos (sobretudo no que se refere às normas de uma pesquisa), esses caminhos continuam heterogêneos aos sistemas mais amplos e onde exerço as astúcias de interesses e desejos particulares. O que, por não ser uma novidade e se corroborar com o que percebo neste mesmo campo em que atuei como pesquisador, só confere fidedignade ao que está exposto neste trabalho. Mas é exatamente, e paradoxalmente, esta atuação específica, que também traz consigo o "novo", na medida em que o estranhamento metodológico confere a possibilidade da emergência de fatores que anteriormente não eram observados. O que me permite dizer que, depois desta pesquisa, já não trabalho na mesma instituição, mesmo ainda atuando como psicólogo no CERCA. E creio que o permanente olhar de pesquisador poderá ajudar o

profissional neste sentido, de está sempre atento às novidades cotidianas. Não servindo para desvendar o campo, mas lembrando que suas articulações continuam em movimento.

Deste modo, saio modificado por esta experiência. E mesmo que o "fazer campo" não seja necessariamente o ponto determinante da formação do antropólogo, haja vista o modelo do Museu Nacional do Rio de Janeiro, em que pesquisas de caráter teórico e bibliográfico são grandes portas de acesso para a inserção na Antropologia, identifico-me com a posição de Lévi-Strauss, para quem a etnografia:

> [...] representa um momento crucial de sua educação [do antropólogo], antes do qual ele pode possuir conhecimentos esparsos, que nunca formam um todo, e somente depois do qual esses conhecimentos irão "aglutinar-se" num conjunto orgânico e adquirir repentinamente um sentido que antes lhe faltava. A situação apresenta diversas analogias com a psicanálise, na qual é hoje unânime o princípio de que a prática da profissão de analista requer uma experiência específica e insubstituível, a da própria análise. (LÉVI-STRAUSS, 2008. p. 397)

Esta etnografia, experiência de confronto com a alteridade tal como a análise, pode não ter me transformado em um antropólogo, considerando inclusive minha intenção inicial de buscar no conhecimento antropológico aprofundamentos para minhas questões clínicas. Mas não deixo de perceber seus efeitos de cunho, até mesmo, pessoal.

Posso afirmar que, talvez como uma fotografia, que registra um momento que no segundo seguinte já é outro, esta pesquisa foi um exercício importante para não pensarmos que cada fotografia apresentada seja definitivamente o contexto retratado. O que abre caminho para a continuidade deste exercício, seja sobre novas instituições que compõem as redes da qual o CERCA faz parte, ou mesmo momentos diferentes do espaço estudado. O que é fundamental, a partir do que foi observado nesta pesquisa, é a determinação em questionar os fatos, conceitos e contextos de sua produção.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D'água, 1988.

BRANDÃO, P. M. C. *O Sujeito abusado da psicanálise*. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicanálise da UERJ. Orientador: Luciano Elia, Rio de Janeiro, outubro de 2008.

BRANQUINHO, F. *O poder das ervas na sabedoria popular e no saber científico*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *Conselho Nacional de Assistência Social. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, DF, 2006.

CALLIGARIS, C. *A moral e o abuso sexual infantil*. In: Pulsional Revista de Psicanálise, ano XIII, nº 127, São Paulo, 1999.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2003.

COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: CFP, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP Nº 010/2010 - Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção*. Brasília: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. Brasília: CFP/CEFESS, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Resolução CEFESS nº 493/2006. Dispõe sobre condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social*. Brasília, 2006.

CYRULNIK, B. *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano 1: artes de viver*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia.* 10ª Edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, [1922]1975.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. Col. Estudos. São Paulo: Ed. Perspectiva, [1941] 1978.

FERNANDES, F. *As Trocinhas do Bom Retiro: contribuição ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis.* In: Fernandes, F. Folclore e mudança social na cidade de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1979

FORTES, M. *Introduction.* In: Goody (ed.) *The Developmental Cycle of Domestic Groups.* Cambridge: Cambridge University Press, [1958] 1971.

GOODY, J. *The Developmental Cycle of Domestic Groups.* Cambridge: Cambridge University Press, [1958] 1971.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HIRSCHFELD, L. *Pourquoi les anthropologues n'aiment-ils pas les enfants?*. Terrain [On line], 40 | 2003. Disponível em: http://terrain.revues.org/index1522.html. Acesso em 06 de fevereiro de 2011.

KUPER, A. *A reinvenção da sociedade primitiva: transformações de um mito*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LACAN, J. *Da estrutura como intromistura de um pré-requisito de alteridade e um sujeito qualquer*. In: Macksey, R. e Donato, E. (org.). A Controvérsia Estruturalista, São Paulo: Cultrix, 1976.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: Ensaio da Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Comment finir une these de sociologie. Petit dialogue entre un étudiant et un professeur (quelque peu socratique)*. France: La Revue M.A.U.S.S., 2004. Disponível em: http://www.bruno-latour.fr/articles/index.html. Último acesso em 12/09/2011. Acesso em 18 de outubro de 2011.

LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVY-BRUHL, Lucien. *How natives think*. Nova Iorque: Arno Press, 1979.

MEAD, M. *Coming of age in Samoa: A psychological study of primitive youth for western civilization*. Nova Iorque: William Morrow & Sons, 1928.

_____. *Growing Up in New Guinea: a comparative study of primitive education*. Nova Iorque: William Morrow & Sons, 1931.

MELO, M. F. A. Q. *Seguindo as pipas com a metodologia da TAR*. Rev. Dep. Psicol.,UFF, Niterói, v. 19, n. 1, 2007 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100013. Acesso em de 05 de Novembro de 2011.

NOGUEIRA, M. A. L. *O Imaginário: uma viagem ao universo do acolhedor-acolhido*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Universidade Federal de Pernambuco. Ano de Obtenção: 1994.

NUNES, A. *Brincando de ser criança: contribuições da etnologia indígena brasileira à antropologia da infância*. Tese de Doutoramento, Departamento de Antropologia. Lisboa: ISCTE, 2003.

PROUT, Alan. *Reconsiderar a Nova Sociologia da Infância*. Versão da comunicação originalmente apresentada no 8º Encontro anual da secção de "Sociologia da Infância" da Associação Alemã de Sociologia, em maio de 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a04.pdf. Acesso em: 07 de dezembro de 2010.

RINALDI, D. *A ética da diferença: um debate entre a psicanálise e a antropologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Jorge Zahar Ed., 1996.

ROSNAY, J. *O Macroscópio para uma visão global*. Lisboa: Estratégias Criativas, 1995.

SENAI. *Guia Operacional para Funcionamento dos Centros e Serviços de Referência do Programa Sentinela*. Distrito Federal, 2002.

SCHADEN, Egon. Educação e Magia nas Cerimônias de Iniciação. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* n. 8, vol. III. Brasília: 1945.

SPENCER, Herbert. *Sinthetic Philosofy*. Vol. VI. New York: Appleton & Co, 1882.

TYLOR, Edward Burnett. *Primitive culture: researches into development of mytology, philosofy, religion, language, art and custom*. Londres: J. Murray, 1887.

VILLACORTA, J. A. M. . *Sobre o que eu não sei de Clara: uma escuta de crianças vítimas de violência sexual*. Apresentação de trabalho na XVI Jornada Freud Lacaniana. Recife 26 e 27 de novembro de 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA POLICLÍNICA LESSA DE ANDRADE E FOTOS DA INSTITUIÇÃO.

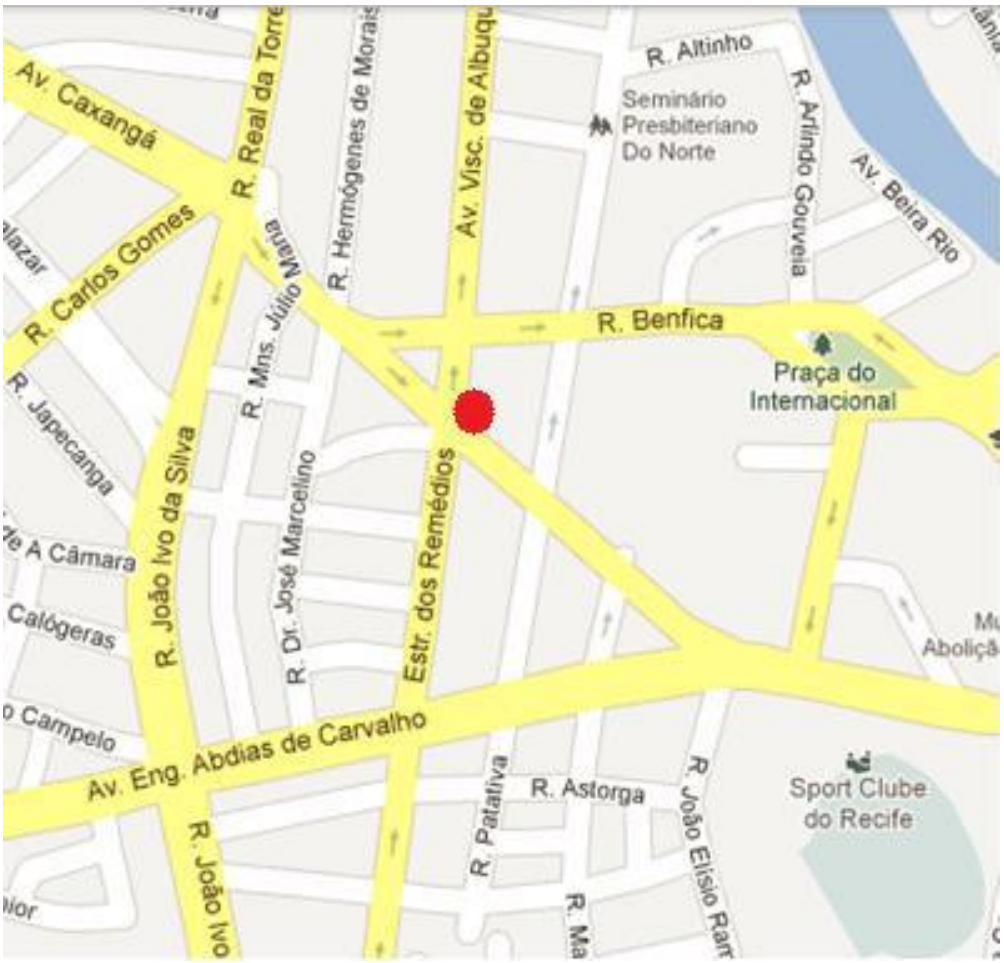


Figura 10 do anexo 1 - Policlínica indicada em vermelho. Endereço: Estrada dos Remédios 2416, Madalena, Recife-PE.

Figura 11 do anexo 1 - Fachada da Policlínica.

Figura 12 do anexo 1 - Entrada principal da Policlínica.

ANEXO 2 – DIVISÃO DA CIDADE DO RECIFE POR REGIÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (RPA).

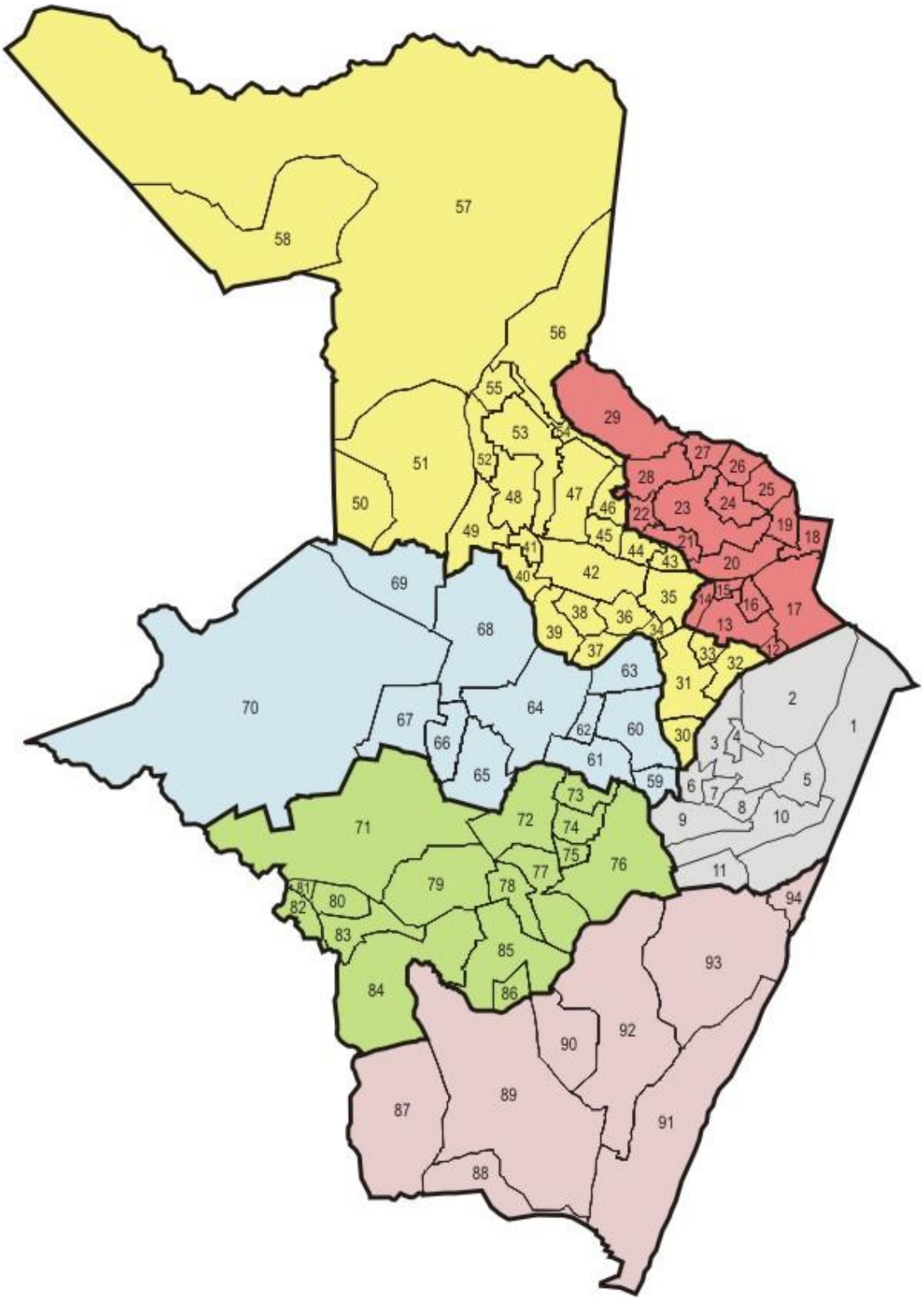
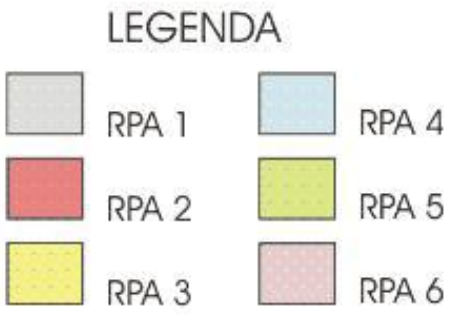


Figura 1 do anexo 2 – Cidade do Recife dividida por bairros e RPAs.

ANEXO 2 – LISTA DE BAIRROS E LEGENDA

1 - Recife
2 - Santo Amaro
3 - Boa Vista
4 - Soledade
5 - Santo Antônio
6 - Paissandu
7 - Ilha do Leite
8 - Coelhos
9 - Ilha Joana Bezerra
10 - São José
11 - Cabanga
12 - Torreão
13 - Encruzilhada
14 - Rosarinho
15 - Ponto de Parada
16 - Hipódromo
17 - Campo Grande
18 - Peixinhos
19 - Campina do Barreto
20 - Arruda
21 - Bomba do Hemetério
22 - Alto Santa Terezinha
23 - Água Fria
24 - Fundão
25 - Cajueiro
26 - Porto da Madeira
27 - Beberibe
28 - Linha do Tiro
29 - Dois Unidos
30 - Derby
31 - Graças
32 - Espinheiro
33 - Aflitos
34 - Jaqueira
35 - Tamarineira
36 - Parnamirim
37 - Santana
38 - Casa Forte
39 - Poço
40 - Monteiro
41 - Alto do Mandu
42 - Casa Amarela
43 - Mangabeira
44 - Alto José do Pinho
45 - Morro da Conceição
46 - Alto José Bonifácio
47 - Vasco da Gama
48 - Macaxeira
49 - Apipucos
50 - Sítio dos Pintos
51 - Dois Irmãos
52 - Córrego do Jenipapo
53 - Nova Descoberta
54 - Brejo do Beberibe
55 - Brejo da Guabiraba
56 - Passarinho
57 - Guabiraba
58 - Pau Ferro
59 - Ilha do Retiro
60 - Madalena
61 - Prado
62 - Zumbi
63 - Torre
64 - Cordeiro
65 - Torrões
66 - Engenho do Meio
67 - Cidade Universitária
68 - Iputinga
69 - Caxangá
70 - Várzea
71 - Curado
72 - San Martim
73 - Bongi
74 - Mustardinha
75 - Mangueira
76 - Afogados
77 - Jiquiá
78 - Estância
79 - Jardim São Paulo
80 - Sancho
81 - Totó
82 - Coqueiral
83 - Tejipió
84 - Barro
85 - Areias
86 - Caçote
87 - Cohab
88 - Jordão
89 - Ibura
90 - Ipsep
91 - Boa Viagem
92 - Imbiribeira
93 - Pina
94 - Brasília Teimosa



ANEXO 3 – EXEMPLO DE MATERIAL DE DA CAMPANHA DO 18 DE MAIO (2011)

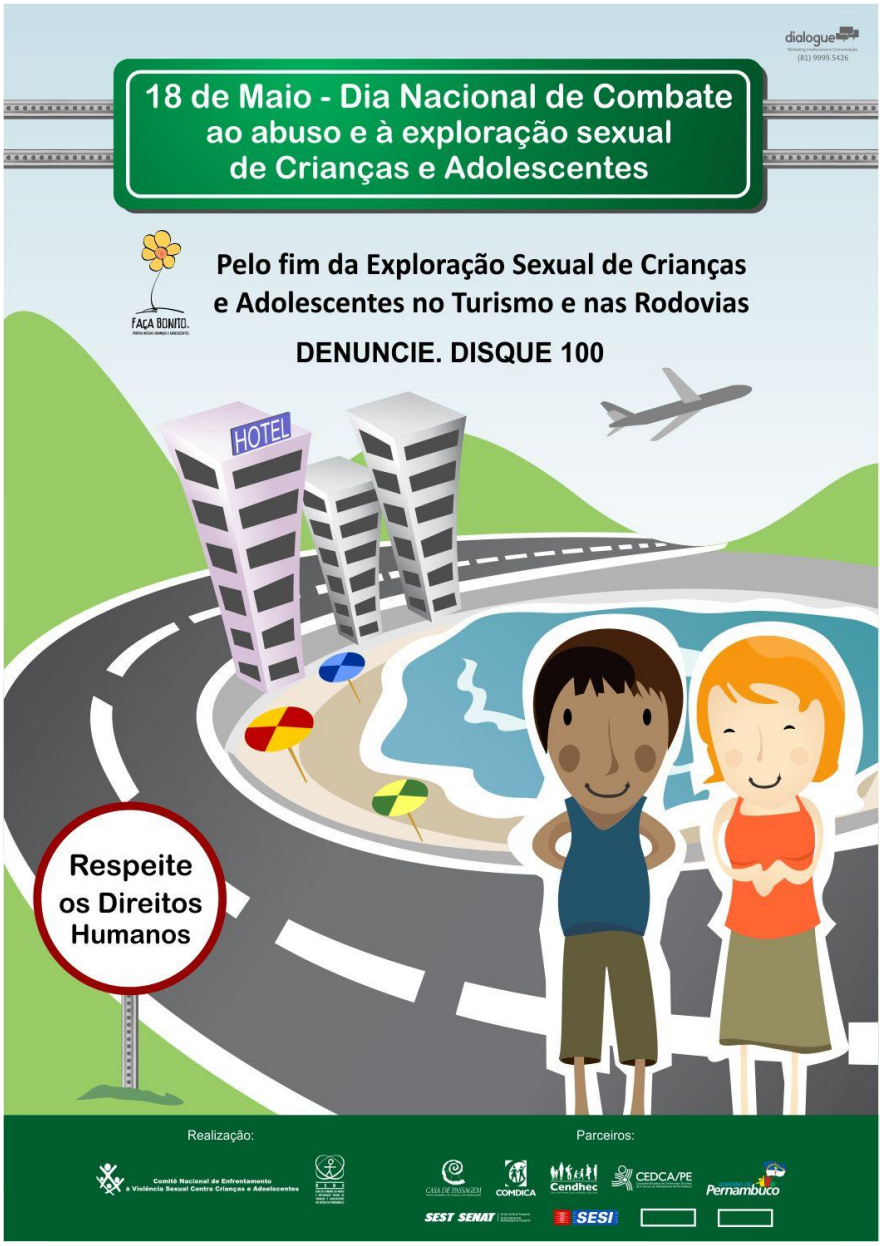


Figura 1 do anexo 3 – Cartaz da campanha de 2011.

ANEXO 4 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO DO CERCA.

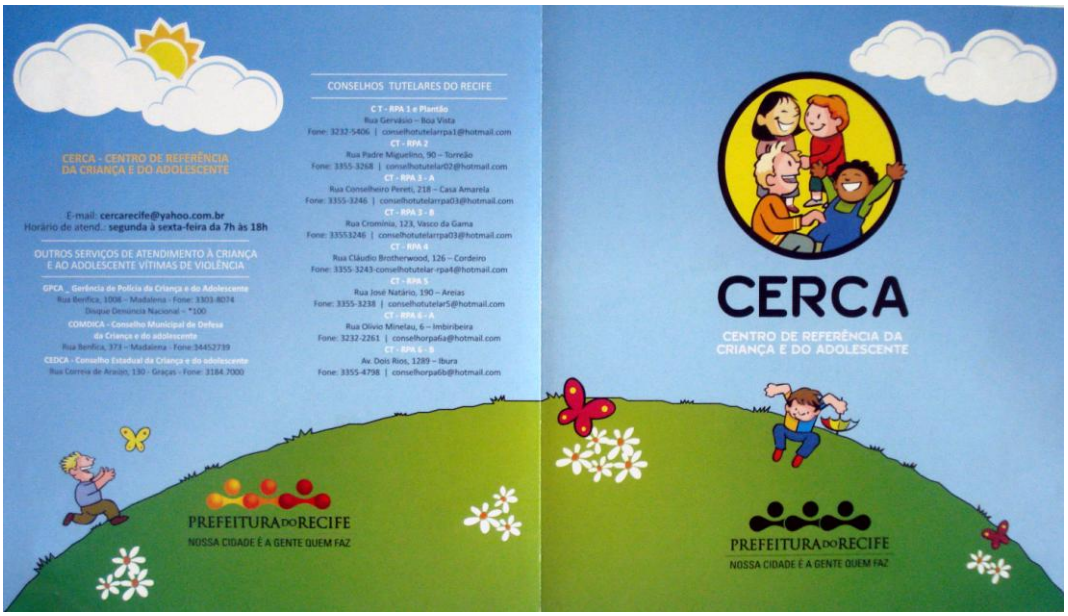


Figura 1 do anexo 4 - Folder de divulgação do CERCA. Parte externa.

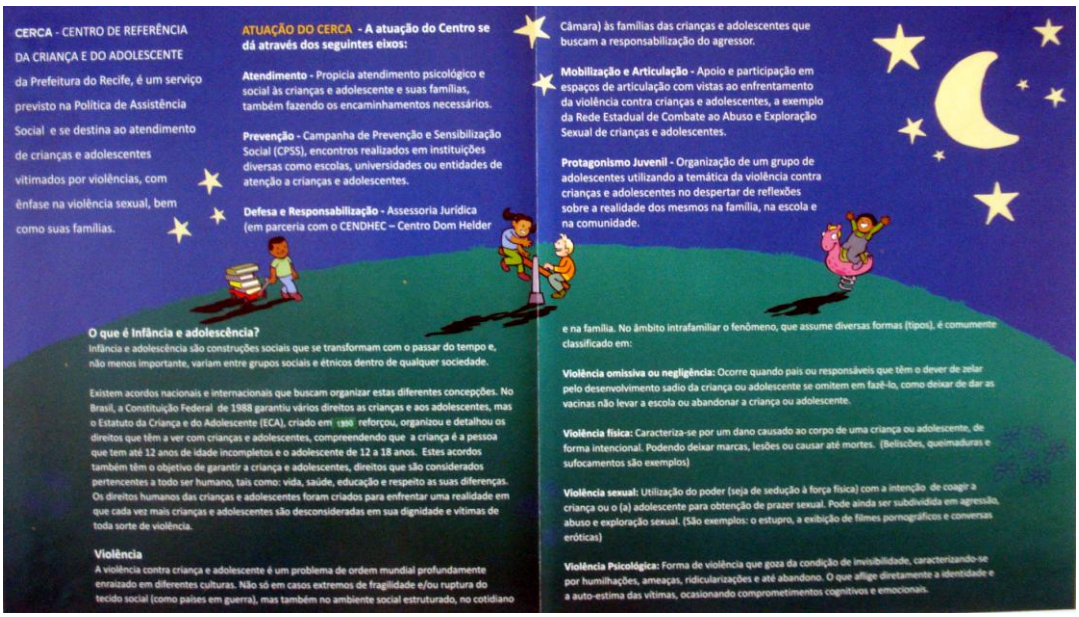


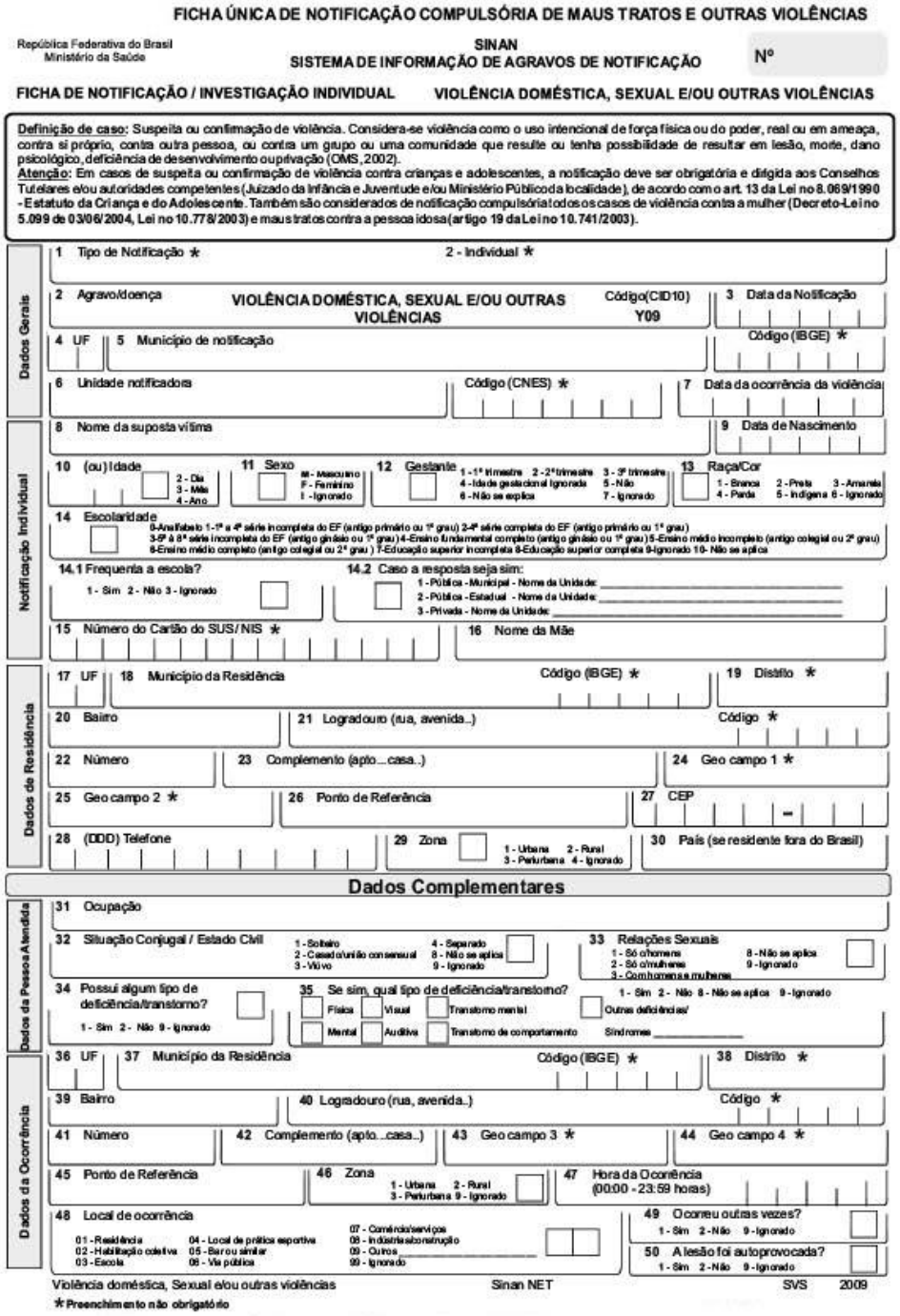
Figura 2 do anexo 4 - Folder de divulgação do CERCA. Parte interna.

ANEXO 5 – LISTA DOS CONSELHOS TUTELARES DA CIDADE DO RECIFE

RELAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

RPA	ENDEREÇO DO CONSELHO	FONE / EMAIL DO CT	COORDENADOR(A)	NOME	TELEFONE	E-MAIL
1	R. GERVÁSIO PIRES,829 – BOA VISTA	3232-5406 / 3355-3014 conselhotutelareciferpa1@hotmail.com	Thales Pitter da Silva	Denize Gomes da Silva	8815-8918	
				Ademir Urbano	8759-4148	
				Jeanny Cristina de Oliveira	8647-0394/9186-7222	jeannycristina@ig.com.br
				Rui Uchôa Calado	8860-8994	conselhotutelarrpa1@hotmail,.com
				Thales Pitter da Silva	8824-7591	thalespitter@hotmail.com
2	RUA PADRE MIGUELINO, 90 - TORREÃO	3355-3266 / 3355-3268 / 3355-3253 conselhotutelar02@hotmail.com	Carlos José Estevão	Bruno de Pinho Alves	9464-9550	bpa.bc@hotmail.com
				Aladim dos Santos Ramos	8636-8074	aladimramos@hotmail.com
				Carlos José Estevão	3232-7762	
				Fernando Henriques Dias Mendes	8607-4984	fernandohdm@hotmail.com
				Paula Cristiane Santos Rodrigues	8762-1733	cristiane_free@hotmail.com
3A	R. CONSELHEIRO PERETI, 218 – CASA AMARELA	3232-4322 / 3355-3246 conselhotutelarrpa03@hotmail.com	Juvamar Lima Correia	Juvamar Lima Correia	9979-6250	conselhoteutelarrpa3@hotmail.com
				Joselma Zegilda da Silva	8773-9481	joselmasouza@hotmail.com
				Maria José Gomes	8619-1285	mariajp3010@rdmail.com
				Ruben Rodrigues da Silva	8760-1586	
				Valdemir Pereira de Assis	8874-2688	
3B	R. CROMÍNIA , 123 – VASCO DA GAMA	3232-4322 / 3355-3246 conselhotutelarrpa03@hotmail.com	Rafael Reis da Silva	Rafael Reis da Silva	9954-9042	rafaelreis.pe@hotmail.com
				Antonio Carlos Cavalcanti	8779-5451	antonio_carlos_03@hotmail.com
				Edvaldo da Luz Pereira	8720-1291	vadoluz@oi.com.br
				Geraílson Pereira Ribeiro	8865-3007	gerailsonribeiro@hotmail.com
				Marluce Renaux Vasconcelos	3304-0906/8708-9604	marluce renuax@hotmail.com
4	R. CLAUDIO BROTHERWOOD, 126 - CORDEIRO	3232-7310 / 3355-3243 fax: 32327351 / conselhotutelar-rpa4@hotmail.com	Luiz Antonio Freitas	Luiz Antonio Freitas	9925-6724	
				Charmainne Munique Figueiredo	8793-5616	
				Davi Bernardo Muniz	9974-4124	
				Moisés Ferreira de Almeida	8796-6407	seunome_moisés@hotmail.com
				Ricardo Costa da Silva	8521-0807	
5	R. JOSÉ NATÁRIO, 190 - AREIAS	3232-2568 / 3355-3238 conselhotutelar5@hotmail.com	Geraldo de Azevedo Nóbrega	Geraldo de Azevedo Nóbrega	9184-8169	geraldo.nobrega@bol.com.br
				Sandra Eunice dos Anjos	8649-1379	sandradegabe@hotmail.com
				Nilma Pereira da Silva	8734-9332	nilmarpa5@hotmail.com
				Maria da Conceição Jardim de Lima	8616-3578	conceicao.jardim@hotmail.com
				Girlene Maria Martins Batista	9717-0664/8809-3975	girlenemartins@bol.com.br
6A	R. OLÍVIO MINELAU, N° 06 IMBIRIBEIRA	3355-3264 / 3355-3265 conselhorpa6a@hotmail.com	Severino Ezequiel dos S. Filho	Severino Ezequiel dos S. Filho	9205-0907	mictalia@hotmail.com
				Ivete Maria de Melo Silva	8878-1013	ivetemelo@hotmail.com
				José Reginaldo C. da Silva	8747-6171	
				Maria José da S Lima	8884-6009/8501-0864	
				Elinez Carvalho da Silva	8689-3991	elinezcarvalho@hotmail.com
6B	AV. DOIS RIOS, N° 1289 - IBURA	3355-4798 / 3355-4798 / 3355-4799 / conselhorpa6b@hotmail.com	Severina Valkíria do N. Moura	Severina Valkíria do N. Moura	8860-6143	valk508@hotmail.com
				Gilson Basílio de Souza	8855-4994	gilsonbasilio@ig.com.br
				Iran Santos	8676-2134	idossantos@hotmail.com
				Lucas Estevão da Silva	8725-1946	
				Rilton Leão	8706-3683	riltonleao@hotmail.com

ANEXO 6 – FICHA DE NOTIFICAÇÃO



FICHA ÚNICA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE MAUS TRATOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS

República Federativa do Brasil
Ministério da Saúde

SINAN
SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO

Nº

FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL — VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS

Definição de caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).
Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei no 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são considerados de notificação compulsória todos os casos de violência contra a mulher (Decreto-Lei no 5.099 de 03/06/2004, Lei no 10.778/2003) e maus tratos contra a pessoa idosa (artigo 19 da Lei no 10.741/2003).

Dados Gerais

1 Tipo de Notificação * — 2 - Individual *

2 Agravo/doença — VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS — Código (CID10) Y09 — 3 Data da Notificação

4 UF — 5 Município de notificação — Código (IBGE) *

6 Unidade notificadora — Código (CNES) * — 7 Data da ocorrência da violência

Notificação Individual

8 Nome da suposta vítima — 9 Data de Nascimento

10 (ou) Idade — 1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano — 11 Sexo — M - Masculino F - Feminino I - Ignorado — 12 Gestante — 1 - 1º trimestre 2 - 2º trimestre 3 - 3º trimestre 4 - Idade gestacional Ignorada 5 - Não 6 - Não se aplica 7 - Ignorado — 13 Raça/Cor — 1 - Branca 2 - Preta 3 - Amarela 4 - Parda 5 - Indígena 6 - Ignorado

14 Escolaridade — 0-Analfabeto 1-1ª a 4ª série incompleta do EF (antigo primário ou 1º grau) 2-4ª série completa do EF (antigo primário ou 1º grau) 3-5ª à 8ª série incompleta do EF (antigo ginásio ou 1º grau) 4-Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau) 5-Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau) 6-Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau) 7-Educação superior incompleta 8-Educação superior completa 9-Ignorado 10- Não se aplica

14.1 Frequenta a escola? — 1 - Sim 2 - Não 3 - Ignorado — 14.2 Caso a resposta seja sim: 1 - Pública - Municipal - Nome da Unidade: 2 - Pública - Estadual - Nome da Unidade: 3 - Privada - Nome da Unidade:

15 Número do Cartão do SUS / NIS * — 16 Nome da Mãe

Dados de Residência

17 UF — 18 Município da Residência — Código (IBGE) * — 19 Distrito *

20 Bairro — 21 Logradouro (rua, avenida...) — Código *

22 Número — 23 Complemento (apto...casa...) — 24 Geo campo 1 *

25 Geo campo 2 * — 26 Ponto de Referência — 27 CEP

28 (DDD) Telefone — 29 Zona — 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 4 - Ignorado — 30 País (se residente fora do Brasil)

Dados Complementares

Dados da Pessoa Atendida

31 Ocupação

32 Situação Conjugal / Estado Civil — 1 - Solteiro 2 - Casado/união consensual 3 - Viúvo 4 - Separado 8 - Não se aplica 9 - Ignorado

33 Relações Sexuais — 1 - Só c/homens 2 - Só c/mulheres 3 - Com homens e mulheres 8 - Não se aplica 9 - Ignorado

34 Possui algum tipo de deficiência/transtorno? — 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

35 Se sim, qual tipo de deficiência/transtorno? — 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado — Física, Visual, Transtorno mental, Outras deficiências/ Mental, Auditiva, Transtorno de comportamento, Síndromes

Dados da Ocorrência

36 UF — 37 Município da Residência — Código (IBGE) * — 38 Distrito *

39 Bairro — 40 Logradouro (rua, avenida...) — Código *

41 Número — 42 Complemento (apto...casa...) — 43 Geo campo 3 * — 44 Geo campo 4 *

45 Ponto de Referência — 46 Zona — 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periurbana 9 - Ignorado — 47 Hora da Ocorrência (00:00 - 23:59 horas)

48 Local de ocorrência — 01 - Residência 02 - Habitação coletiva 03 - Escola 04 - Local de prática esportiva 05 - Bar ou similar 06 - Via pública 07 - Comércio/serviços 08 - Indústria/construção 09 - Outros 99 - Ignorado

49 Ocorreu outras vezes? — 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

50 A lesão foi autoprovocada? — 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

Violência doméstica, Sexual e/ou outras violências — Sinan NET — SVS — 2009

* Preenchimento não obrigatório

Figura 1 do anexo 6 - Parte frontal da Ficha de Notificação.

ANEXO 7 – FOTOS DO CERCA.

Figura 1 do anexo 7 - Entrada para o CERCA.

Figura 2 do anexo 7 - Banner de indicação do CERCA.

Figura 3 do anexo 7 - Recepção CERCA. Vista 1.

Figura 4 do anexo 7 - Recepção do CERCA. Vista 2.

Figura 5 do anexo 7 - Sala de Reunião com mural de Campanhas.

Figura 6 do anexo 7 - Sala de Reunião. Vista 2.

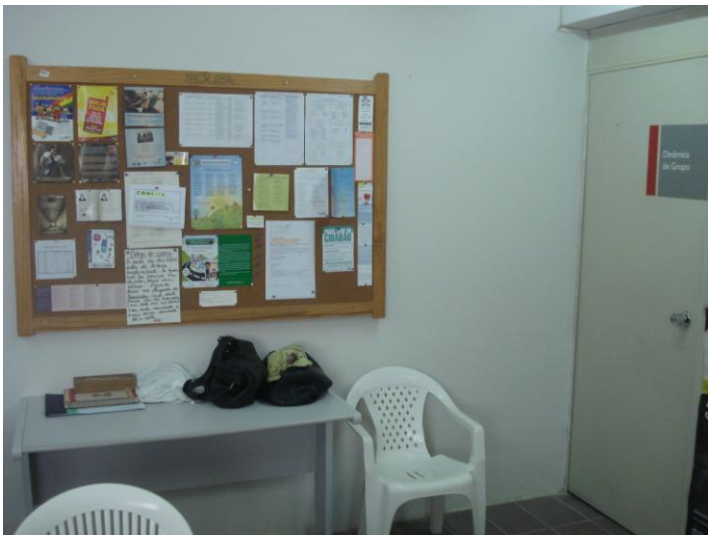


Figura 7 do anexo 7 - Quadro de avisos da Sala de Reunião.

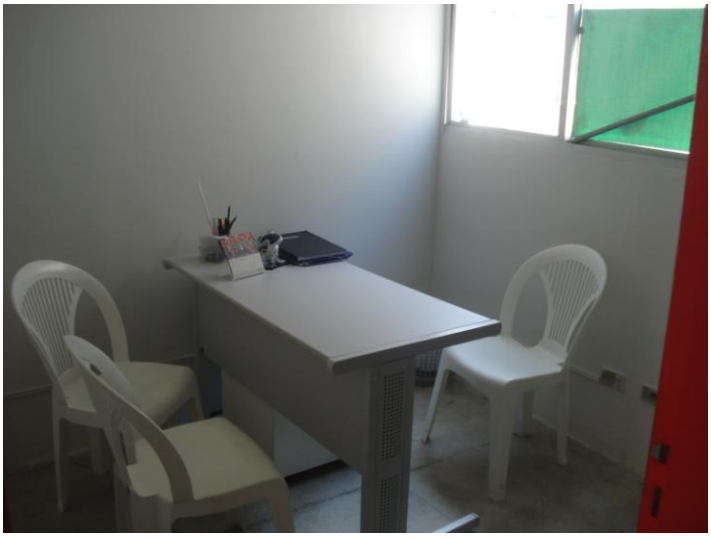


Figura 8 do anexo 7 - Sala do Serviço Social.

Figura 9 do anexo 7 - Vista da Sala do Serviço Social para a Recepção, com banner de campanha.

Figura 10 do anexo 7 - Sala de Psicologia 1.

Figura 11 do anexo 7 - Brinquedos da Sala de Psicologia 1.

Figura 12 do anexo 7 - Sala de Psicologia 2.

Figura 13 do anexo 7 - Brinquedos da Sala de Psicologia 2.

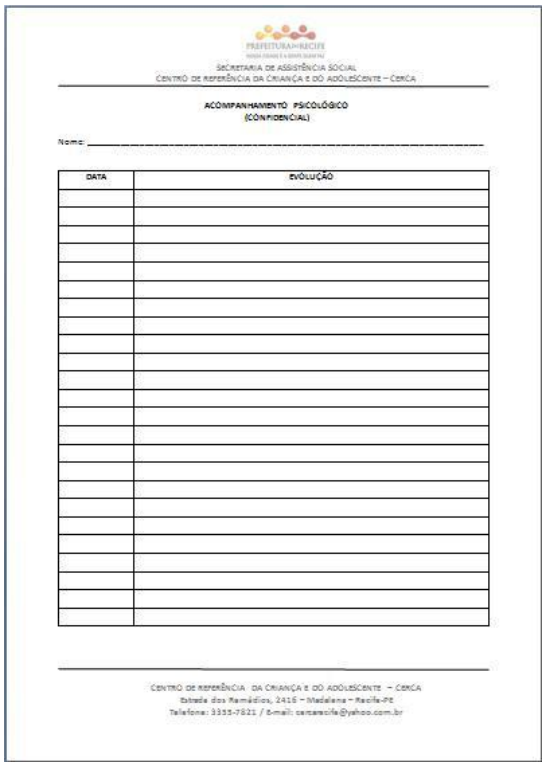
ANEXO 8 – ALGUNS INTRUMENTAIS UTILIZADOS NO CERCA

PREFEITURA DO RECIFE
NOSSA CIDADE É A GENTE QUEM FAZ

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CERCA

	Segunda-feira _____/_____/_____	Terça-feira _____/_____/_____	Quarta-feira _____/_____/_____	Quinta-feira _____/_____/_____	Sexta-feira _____/_____/_____
08:00					
08:30					
09:00					
09:30					
10:00					
10:30					
11:00					
11:30					
12:00					
12:30					
13:00					
13:30					
14:00					
14:30					
15:00					
15:30					
16:00					
16:30					
17:00					
17:30					

Figura 1 do anexo 8 - Planilha de Programação Semanal.



PREFEITURA DO RECIFE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CERCA

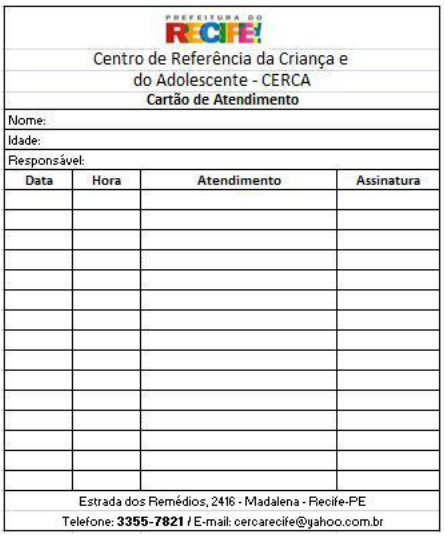
ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO
(CONFIDENCIAL)

Nome: _____

DATA	EVOLUÇÃO

CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CERCA
Estrada dos Remédios, 2416 – Madalena – Recife-PE
Telefone: 3355-7821 / E-mail: cercarecife@yahoo.com.br

Figura 2 do anexo 8 - Ficha de Acompanhamento Psicológico. Semelhante ao Acompanhamento Social.



Centro de Referência da Criança e
do Adolescente - CERCA

Cartão de Atendimento

Nome:

Idade:

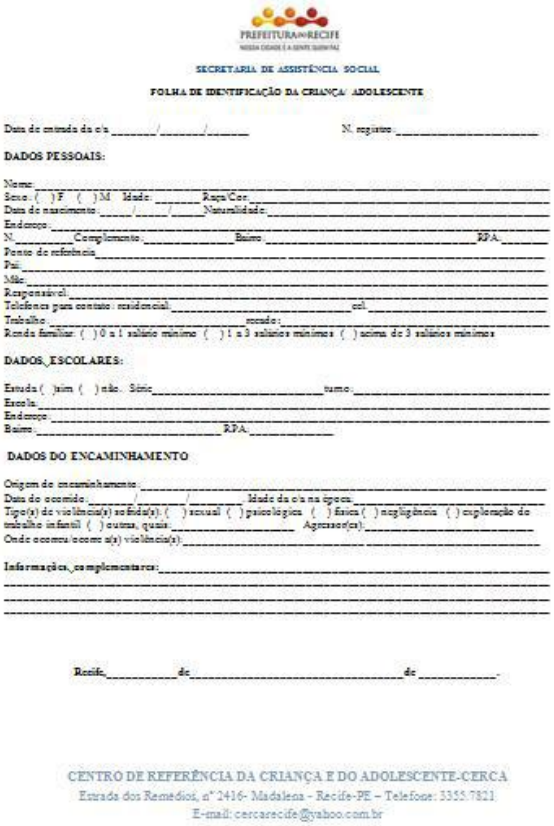
Responsável:

Data	Hora	Atendimento	Assinatura

Estrada dos Remédios, 2416 - Madalena - Recife-PE

Telefone: **3355-7821** / E-mail: cercarecife@yahoo.com.br

Figura 3 do anexo 8 - Cartão para atendimentos subsequentes. Fica com o responsável pela criança ou adolescente atendido.



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FOLHA DE IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ ADOLESCENTE

Data do entrada da c/a _____/_____/_____ N. registro _____

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____
Sexo: ( )F ( )M Idade: _____Raça/Cor _____
Data de nascimento _____/_____/_____Naturalidade _____
Endereço: _____
N. _____Complemento: _____Bairro _____RPA: _____
Ponto de referência _____
Pai: _____
Mãe: _____
Responsável: _____
Telefone para contato: residencial _____cel _____
Trabalho _____renda: _____
Renda familiar: ( )0 a 1 salário mínimo ( )1 a 3 salários mínimos ( ) acima de 3 salários mínimos

DADOS ESCOLARES:

Estuda ( )sim ( )não. Série _____turno: _____
Escola _____
Endereço: _____
Bairro _____RPA _____

DADOS DO ENCAMINHAMENTO

Origem do encaminhamento _____
Data do ocorrido: _____/_____/_____ Idade da c/a na época: _____
Tipo(s) de violência(s) sofrida(s): ( ) sexual ( ) psicológica ( ) física ( ) negligência ( ) exploração do trabalho infantil ( ) outras, quais _____ Agressor(es) _____
Onde ocorreu/ocorre a(s) violência(s) _____

Informações complementares: _____
_____
_____
_____

Recife_____de_____de _____.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CERCA
Estrada dos Remédios, nº 2416- Madalena - Recife-PE – Telefone: 3355.7821
E-mail: cercarecife@yahoo.com.br

Figura 4 do anexo 8 - Ficha de Identificação em Prontuário.